

ATA N.º 4/2020

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULHO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 29 DE JULHO DE 2020:

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano dois mil e vinte, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, e por videoconferência, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Inês Fitas Cação (CDU), Ricardo José Silva Gomes (PSD) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão extraordinária do mês de julho, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de intervenção do público.

2.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para “Reabilitação das Muralhas de Peniche”;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para “Passadiços para as praias da baía norte de Peniche - Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo”;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para “Estabilização da arriba do Portinho da Areia Sul”;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para a “Reabilitação do edifício da antiga central elétrica para Centro Cívico e Intergeracional de Peniche”;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para a “2.ª fase de requalificação do Fosso das Muralhas de Peniche e zona envolvente”;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para designação do júri de recrutamento de um titular para o cargo de Chefe da Divisão de Energia e Ambiente;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de protocolo a celebrar com a Freguesia de Atouguia da Baleia para exploração da Zona de estacionamento de duração limitada (G) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no

Concelho de Peniche, sita na Consolação – Pelouro das Freguesias;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de protocolo a celebrar entre o Município de Peniche, o Fundo Ambiental e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. para cogestão da Reserva Natural das Berlengas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração de estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos Amo Mais (AMO+).

3.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e vinte minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Célia Sousa Martins (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Petinga, Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes em videoconferência que, através de marcação prévia, manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

FILIPE OLIVEIRA:

Disse:

«Boa noite a todos, obrigada pela oportunidade de poder esclarecer algumas questões sobre a Freguesia de Ferrel. Gostaria que me esclarecessem ou que tentassem esclarecer de alguma forma, o porquê da intervenção no Parque de Merendas, nesta altura em que, basicamente, o que foi feito foi abrir um buraco, tirar mesas e bancos, mesmo velhos que fossem serviam perfeitamente para as pessoas, e nesta altura em que o movimento é maior, em que toda a gente pára no Parque de

Merendas para usufruir do espaço, aquilo, agora, ficou quase abandonado. Da mesma forma, em relação ao Parque de Merendas, o que vem junto é o Pinhal.

O Pinhal, tenho visto que a empresa que faz a recolha da resina no Pinhal, deixa espalhado tudo o que é copos de resina junto aos pinheiros. Aquilo são um amontoado de copos que ficam por lá. Eu acho que era bom que alguém visse o que fica.

Queria, também, falar, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel já falou, rapidamente, sobre o trânsito e o estacionamento na ilha do Baleal, tem que haver uma intervenção rápida e urgente, porque aquilo, todos os anos, é basicamente a mesma coisa e não se vê nada, ou seja, eu passo lá várias vezes durante o dia e não se vê qualquer tipo de intervenção ou fiscalização para as pessoas ficarem mais limitadas ou, pelo menos, não haver tanto abuso no que é estacionamento.

Sobre a iluminação na passagem da Ilha, foram retirados os projetores que estavam caídos, porque estavam perigosos, mas desde aí aquilo ficou ao abandono, o que lá está são quatro paus espetados no meio da passagem, que não serve rigorosamente para nada, é só mesmo para dizer que está lá alguma coisa.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Este foi um dos pontos que já foi, numa das últimas Assembleias, discutido e o senhor Presidente da Câmara, em relação à iluminação, disse que a EDP estava a fazer a substituição.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Em relação ao Parque de Merendas, foi uma opção, provavelmente, eu não tenho ido o Parque de Merendas. As mesas que lá estavam não estavam em condições de segurança, a Câmara Municipal adquiriu mesas para as substituir e eu pensava que já estavam colocadas, vou ver o que é que se passa, porque elas estão adquiridas. Em relação ao espaço que estivemos a preparar para estacionamento, a equipa não se multiplica, aquela equipa é do asfalto, não estavam criadas as condições para asfaltar, começaram aquele trabalho, entretanto, foram criadas condições, fizemos uma estrada em Vila Maria, depois fomos à Consolação fazer estradas que estavam impróprias, entretanto passaram para Ferrel, até a fábrica que fornece o asfaltamento parar, para depois retomar, ainda, em Ferrel e, posteriormente, para a Freguesia de Atouguia da Baleia novamente, e quando essa equipa parar de asfaltar, espero que resolvam o resto que falta do espaço de estacionamento, junto ao Parque de Merendas, mas penso que não é por aí que haja um grande problema, porque têm outras alternativas para estacionar, mas era melhor que tivesse sido feito.

Em relação à recolha de resina, a empresa deixou de lá trabalhar, o que nós solicitámos foi que retirassem tudo o que lá estava, provavelmente, ficaram lá alguns dos copos que não colheram, mas isso compete à empresa, também não sei a dimensão da situação.

Em relação ao trânsito do Baleal, portanto, e ao projeto que já foi aqui referido, eu até pensava que ele já tinha terminado, que estava acabado, acho que até nem falta muito, espero que o nosso arquiteto, entretanto, o termine para implementar as medidas que têm de ser implementadas, mas os projetos são uns atrás dos outros, e é por isso que as insuficiências técnicas têm efeito, nós precisamos mesmo de um outro arquiteto.

Em relação aos projetores, eu acho que aqueles projetores são da nossa responsabilidade, tanto quanto me disseram, eles estão adquiridos, também vou ver com os serviços se são nossos ou não, se são da EDP, se assim for, a questão será resolvida com a EDP, se forem nossos, e se os projetores estiverem adquiridos, como foi informado, vou ver. As questões são-me colocadas aqui,

não as conheço previamente. As questões que foram colocadas, o que depende de nós, vamos executar, o que dependerá de outras entidades, vamos pedir às mesmas.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse:

«Relativamente a estas questões que foram colocadas e juntando aqui mais alguma informação da intervenção do senhor Presidente da Câmara. Concordo na íntegra com a primeira parte da intervenção do senhor Presidente de Câmara, é uma questão de opção e a opção do senhor Presidente de Câmara foi trabalhar sozinho, portanto, foi trabalhar sem o apoio das Juntas de Freguesia e era precisamente para isto que as reuniões de mapa de obras municipal, porque aí havia um trabalho de programação e de entreatajuda nas intervenções, não só de obras, mas todas estas intervenções. Eu não sei como é que hei de classificar, e fico-me por aqui, esta intervenção no Pinhal Municipal, portanto, as mesas não estava em condições de segurança, não era de há um mês, era de há 10 anos se calhar, o parque foi feito em 2005, nunca mais foi tratado, portanto, já há muito tempo que elas não estão em condições de segurança, agora, a Junta de Freguesia, desde o início do mandato, que se predispôs a fazer aquela obra e não era necessário a Câmara dar dinheiro, era dar os materiais que nós fazíamos aquela obra, isso foi referido várias vezes, e isto faz toda a diferença. Aquela caixa de estacionamento que os serviços municipais estão a fazer, que está a ser executado um bom trabalho, mas não rende, aquilo tem um custo para o município enorme e levam muito tempo a executar e a Junta de Freguesia fazia aquilo, muito mais rápido, com menos máquinas e tinha um custo muito mais reduzido para o município, porque os funcionários têm que ser deslocados daqui para lá e alguns meios, que se tivéssemos lá nós não eram deslocados, iniciam o trabalho, nos dias normais, às oito horas e trinta minutos, pero das nove horas, têm que vir para Peniche, regressam depois às duas horas chegam lá às catorze horas e trinta minutos e às dezasseis vêm embora outra vez, era muito mais proveitoso se fosse feito pela equipa da Junta de Freguesia, porque estamos no local, isso é perceptível para todos. Esta questão das mesas, realmente, intriga, porque eu já, há cerca de um mês ou mais, que vi que as mesas estavam nos armazéns municipais. Já há perto de um mês que elas foram retiradas do Parque de Merendas e retirar as mesas do Parque de Merendas numa altura de verão, não cabe na cabeça de ninguém, desculpem-me o termo, mas eu não consigo entender esta situação.

Depois a empresa da resina, é verdade que é da competência da empresa, mas o município tem que exercer alguma pressão sobre eles. Esta questão dos copos é complicada, um amontoado de copos com restos de resina é tremendamente inflamável no Pinhal Municipal que neste momento se encontra seco. E depois tem a questão de a empresa da resina deixar espalhados consequentemente os bidons de resina de qualquer maneira, além de não ser agradável a quem vê, não revela brio profissional e é sempre um perigo.

Já falei do Baleal, aquele pontão, realmente, está todo escuro, é perigoso.

Termino com esta questão do Parque de Merendas. No primeiro dia que foram intervir no Parque de Merendas foi numa segunda-feira à tarde e, como eu já disse na última Assembleia Municipal, nós não temos niveladora na Freguesia de Ferrel para requalificar os caminhos agrícolas, tem sido feito, única e exclusivamente, com a nossa máquina, com o desgaste que isso traz, porque a nossa máquina não é própria para isso. A niveladora foi a Ferrel a uma segunda-feira, às nove horas e trinta minutos da manhã, regressou para Peniche às onze horas da manhã e recebemos um telefonema à hora de almoço a dizer que não iria continuar lá, depois de sete meses de espera, duas horas e meia de niveladora foi aquilo que tivemos direito, porque o meu numerador tinha que ir para o Parque de Merendas, portanto, depois da disponibilidade que os agricultores tiveram perante, não só Freguesia de Ferrel, por todo o concelho, de virem trabalhar com os seus custos à noite, foi este o pago que lhes foi dado, que é, os caminhos arranjam-nos vocês se quiserem,

porque a gente tem que ir para outro lado, porque lembrámo-nos agora de ir para o Parque de Merendas.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Eu queria só agradecer ao município, que colocou este conjunto de questões. O senhor Presidente da Câmara já deu a sua versão, o senhor Presidente da Junta de Ferrel, Pedro Barata, também, o Grupo da Coligação Democrática Unitária manifesta um agradecimento ao município que chamou à atenção para as questões em causa.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Eu queria só referir, para além de agradecer a presença e as questões que colocou, que a questão do Baleal tem sido referida, recorrentemente, aqui nas Assembleias Municipais, foi referida na última e na penúltima, e no passado, ou seja, é um problema que se vem arrastando. Há algumas melhorias no estacionamento abusivo, porque as limitações físicas fazem com que haja algumas melhorias, mas ainda há caminho a percorrer e num dos mandatos passados houve uma pessoa que estava lá durante os meses de maior circulação, a limitar a passagem para a rua abaixo dos cafés, e eu acho que no verão é essa a única solução viável, acho que tem que ser equacionada, foi a única que eu vi funcionar. Aconteceu no primeiro mandato da Coligação Democrática Unitária, funcionou e, portanto, não percebi porque é que depois foi abandonado pela mesma força política, porque, de facto, já não se faz há muito tempo, mas foi a única que eu vi funcionar com algum efeito de limitar a circulação e a pressão constante que se sente no Baleal e que não é deste ano, mas, como já se previa, com o aumento do estacionamento pago, naturalmente, também aumenta, porque as pessoas vão à procura de alternativas.»

ANTÓNIO JORGE:

Disse:

«Quero agradecer, desde já, por poder participar e intervir.

Uma boa noite a todos, da Assembleia Municipal e a todos os participantes neste debate.

No primeiro ponto eu queria referir o seguinte: porque não fazer estas Assembleias abertas ao público, por exemplo, num espaço aberto, estamos no verão e também temos pavilhões desportivos no concelho, e levar a política até perto das pessoas.

No segundo ponto, ao senhor Presidente, ao Executivo desta Câmara Municipal e a toda a oposição, é necessário discutir o Plano Diretor Municipal, olhos nos olhos, e não andar a esconder o projeto com tanta importância para o desenvolvimento do nosso concelho, para os próximos dez, quinze ou vinte anos, e qualquer cidadão deste concelho tem o direito de discutir este PDM, que tem de ir ao encontro do interesse da maioria das pessoas e não ao encontro de uma minoria de pessoas. Senhor Presidente, este PDM está pensado e feito em prol da riqueza e do capitalismo. Fale às pessoas da unidade de execução para o Baleal, fale às pessoas que têm terrenos a nascente, que há um hotel de oito andares que fica com o direito a retirar a estrada em frente e passam a ser donos daquela praia e daquela baía. Venha falar do centro de Ferrel, onde o primeiro piso é obrigatório ser comércio e venha dizer aos agricultores que os melhores terrenos, onde hoje se produzem milhares de toneladas, vão deixar de ser de produção e passam a ser de conservação, que é uma coisa totalmente diferente. Fizeram uma apresentação do PDM em Ferrel, sem que as pessoas tivessem algum conhecimento, agora que há um regulamento e já há matéria suficiente para se trabalhar, Ferrel convida a equipa técnica e o Executivo a resolver estes problemas. Este

PDM não serve à Freguesia de Ferrel nem ao concelho de Peniche, precisamos de um concelho com turismo, sim, mas com comércio, com indústria e com agricultura.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Quero agradecer ao senhor António Jorge as duas questões colocadas. Primeiro, faz todo o sentido, sempre que possível, apesar dos constrangimentos, fazer Assembleia Municipal presencialmente, mas nem os membros estão aqui na totalidade, aliás, é uma questão que o grupo da Coligação Democrática Unitária queria colocar ao senhor Presidente da Assembleia, que na próxima reunião fosse possível já, portanto, esta solução, de pelo menos os membros da Assembleia estarem todos, assim como os membros da Câmara Municipal, se o entenderem, estar presentes. Relativamente à questão do PDM, foram colocadas várias coisas, algumas que eu não vou comentar, obviamente, mas há uma que me parece importante, uma questão que me parece fulcral. Não é um problema do concelho estar a pensar só no turismo e pouco no resto, nomeadamente no comércio, na indústria, etc..., é um problema do país. Com a Covid, alguns só agora se aperceberam que, afinal, tínhamos um país que estava a caminhar com o turismo, que é importante, mas não como uma atividade complementar, como a principal e, por isso agora estamos com estes problemas económicos e sociais que vão ser muito mais graves e, por isso o nosso PDM tem que dar resposta a isso também, não tenho dúvidas nenhuma, tem que ser um PDM a pensar nas pessoas, a pensar no trabalho, a pensar na riqueza e, naturalmente, no quadro da riqueza a criar, no turismo.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse:

«Sobre as Assembleias Municipais, deixar um repto à mesa e ao senhor Presidente da Assembleia, além dos pavilhões desportivos, é verdade que se podia fazer uma Assembleia com algum público, ainda com as restrições, penso que se conseguia. Temos a hipótese, há um pavilhão que seguramente leva à volta de quatrocentas, quinhentas pessoas, no hotel de férias da Polícia de Segurança Pública, em Ferrel, e os responsáveis já por várias vezes demonstraram abertura à sua utilização ao público, portanto, creio que se a Assembleia Municipal comunicar com eles, penso que será fácil e tem muita capacidade.

Relativamente ao PDM, sem entrar demasiado em pormenor, porque já coloquei aqui e já colocou a Junta de Freguesia por escrito várias questões à Câmara Municipal, neste PDM que, realmente, e estando em acordo com aquilo que foi colocado pelo senhor António Jorge na questão da praia e da agricultura. Fazendo um balanço e deixando questões muito concretas ao senhor Presidente, a Câmara Municipal, neste momento, fechou o diálogo, acerca do PDM, com a Freguesia de Ferrel. Nós colocámos vários documentos com um conjunto alargado de esclarecimentos e propostas. Na primeira resposta, não houve praticamente respostas, não vimos esclarecidos nenhuns pontos, nem sequer propostas alternativas ou abertura para a sua eventual alteração e, portanto, uma vez que a Câmara fechou esse diálogo, nós necessitamos de perceber algumas questões em concreto, porque nós não queremos fechar os olhos àquilo que está a acontecer com o PDM. Pegando na questão do lar que aconteceu com a Freguesia da Serra d'El-Rei, eu gostaria que os investidores que viessem à procura da Freguesia de Ferrel, se o senhor Presidente os pudesse indicar, nós também teríamos gosto em recebê-los. Deixo algumas perguntas em concreto, uma vêm ao encontro da intervenção do senhor Deputado Tiago Gonçalves, em outra Assembleia Municipal, relativamente à legitimidade. Pergunto se se adequa que a equipa se mantenha a mesma, liderada pelo senhor professor Jorge Carvalho, uma vez que não existe vínculo contratual com a Câmara Municipal ou se, neste momento, já existe, porque não existia quando a questão foi colocada.

Relativamente à unidade de execução do Baleal, numa das reuniões que tivemos na Câmara Municipal, o senhor Presidente, numa parte da reunião disse que não havia projeto, noutra parte da reunião disse que não nos estava a dizer tudo e que naturalmente não nos podia dizer tudo e numa outra parte, não sei se foi a terceira, que já tinha recebido investidores Israelitas e Espanhóis. A pergunta que lhe deixo, que foi a mesma que eu lhe fiz nessa reunião, é se já existe algum projeto para a unidade de execução do Baleal e se existe queríamos que o mandassem para a Junta de Freguesia, o mais rápido possível, para nós podermos analisá-lo.

Pergunto se a Câmara ou a equipa do PDM ou o Município vai ou não voltar à Freguesia de Ferrel para fazer uma sessão pública de esclarecimento, visto que as pessoas hoje em dia já têm mais informação.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«A questão do PDM, ainda bem que há um munícipe que a levanta, porque ela também, recorrentemente, é levantada por nós, mas a verdade é que não se tem visto evolução, ou seja, ainda há poucos dias foi referido que a Câmara Municipal não debate este assunto há mais de um ano. A última reunião foi em julho do ano passado e, portanto, num desígnio que é verdadeiramente municipal e que é tão urgente, que se esteja um ano sem discussão na Câmara, para que depois a Assembleia Municipal também tenha conhecimento, para além da Comissão de Acompanhamento do PDM, é de facto preocupante e, quando o senhor Presidente disse há pouco que é preciso planeamento, é preciso planeamento, mas o PDM que faz parte desse planeamento, é, aliás, a base desse planeamento. Saudar a questão do munícipe, porque é, de facto, muito relevante para todos nós aqui.»

Ângelo Marques (PS):

Disse:

«Boa noite senhor Presidente. Cumprimentar a mesa, o Executivo Camarário, os membros da Assembleia Municipal e cumprimentar todos aqueles que nos assistem pela internet.

Em primeiro lugar queria agradecer, obviamente, as intervenções de ambos os munícipes, mas vou-me debruçar sobre este assunto que o senhor António Jorge colocou.

O Plano Diretor Municipal é um documento estratégico para o concelho de Peniche, é um documento que vai orientar as políticas de habitação, de território, de coesão territorial nos próximos anos, provavelmente na próxima década. Senhor António Jorge, obviamente que a população de Ferrel vai ser ouvida nesta questão, obviamente que a Junta de Freguesia de Ferrel tem que ser envolvida em questões de decisões no território dessa Junta de Freguesia, isso não pode deixar de acontecer, como também não pode deixar de acontecer, e o senhor Deputado Ademar Marques referenciou esta questão de não haver uma reunião sobre o PDM na Câmara Municipal desde julho do ano passo, e referenciou também a questão da Comissão, e eu acho que a comissão também tem que reunir, porque a não reunir é uma falta de respeito por este órgão que indicámos membros para a comissão, portanto, isto é um processo, e eu acredito que o senhor António Jorge disse isso como um desabafo, mas não esteja tão derrotista, porque de facto a população de Ferrel, a de Atouguia da Baleia a da Serra d'El-Rei e todos os habitantes da cidade de Peniche, vão ser todos envolvidos neste processo, não há outra hipótese, e cabe-nos a nós aqui na Assembleia Municipal e a todo o executivo camarário garantir isso.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Eu nem sei como é que hei de responder, não possa ignorar algumas coisas, o senhor

Filipe Oliveira é membro da Junta de Freguesia de Ferrel, tem o direito de colocar as questões, e o senhor António Jorge é membro da Assembleia de Freguesia de Ferrel. Às vezes, quando se fala no PDM, parece que o Presidente da Câmara quer impor a sua vontade. Desde o princípio que eu percebi que a discussão do PDM está poluída, mas cada um deverá assumir as suas responsabilidades, até acho interessante quando se fala aqui de interesses capitalistas. Há obviamente, dentro da discussão do PDM, muito interesses, onde se constrói, se é aqui se é ali, agora o concelho vai precisar de fechar o processo PDM e ele não está esquecido, está muito trabalhado, nomeadamente uma das partes que é mais complicada, que tem a ver com entidades externas e tem a ver com a questão da Reserva Ecológica e Reserva Agrícola, o resto será discutido quando entenderem. A Freguesia de Ferrel colocou um conjunto de questões que não foram respondidas politicamente, são respondidas tecnicamente, eu não posso impor aos técnicos internos que alterem aquilo que, no fundo, são os regulamentos e aquilo que são as normas que regem o PDM, isso é impossível. Já fizemos um conjunto de reuniões, em muitas das vezes nem sequer foram feitas propostas. Nós tivemos aqui uma reunião, nesta sala, com autarcas e não houve assim uma evidência tão grande de propostas. Os documentos que estão elaborados, até este momento, estão partilhados com todos, têm sido adaptados, têm sido melhorados, portanto, os senhores deputados e os senhores membros do Executivo Municipal podem debruçar-se sobre eles. É preciso clarificar muito bem quais são as divergências, portanto, quem tem divergências deve expressar, deve fazê-lo com objetividade para se trabalhar, porque enquanto isso não acontecer, não é possível.

É verdade, eu respondi que não dizia tudo, eu não podia dizer tudo. Em relação à unidade de execução do Baleal, foi procurar, mais que uma vez, por investidores e eu sugeri que se quisessem resolver o problema, se quisesse fazer um hotel ou o que fosse, dentro daquela unidade, adotem uma estratégia, vão falar com os donos, façam propostas justas e comprem os terrenos, porque eu, de certeza, que não vou ter a iniciativa de expropriar ninguém. Não há projeto nenhum, o que há é o que todos os senhores sabem, não está acabado, há uma intenção que foi decidida no final do ano passado, que depois até houve um recuo e era aquela proposta que estava fora falada. Depois, a partir daí, no momento certo a Câmara vai ter que discutir. Vamos tentar concertar aquilo que é possível consensualizar para o PDM, se não é possível consensualizar, se os senhores Deputados e os membros da Câmara não quiserem aprovar o PDM, as consequências são nefastas, não é a minha proposta que está em cima da mesa. Vamos respeitar os técnicos, se estamos de acordo ou não com eles. Por acaso, uma proposta recente sobre um parecer do senhor professor Jorge Carvalho, eu votei contra.

Em relação ao contrato, já têm contrato, estiveram a trabalhar sem remuneração durante uns meses, não foi por isso que deixaram de trabalhar, agora têm vínculo contratual que foi assinado e está a ser pago.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Eu não pude estar nessa reunião, por razões familiares, com os autarcas, mas deixe-me dizer, senhor Presidente, que eu sempre discordei da alteração de método a meio do processo e o método tinha sido definido por esta Assembleia, o método era a constituição de uma comissão com pessoas especializadas e designadas por esta Assembleia, pela Câmara e por outras entidades públicas e Associações para discutirem, em concreto, questões sobre o PDM, para se poder avançar com conhecimento de causa. O Senhor Presidente, como isso não lhe convém muito bem, decidiu fazer uma reunião em que apresentou pela primeira vez, aos autarcas que puderam estar, os projetos e quer que ali venham com grandes sugestões. O Partido Social Democrata numa fase anterior a essa, apresentou um documento com trinta páginas, com sugestões e questões que nunca foram respondidas pela equipa, para além de outras sugestões e questões que tinham sido feitas

antes. Portanto, sobre isto de andar sempre a dizer: “você é que tem de fazer questões”: quando as questões foram feitas e não foram respondidas, o senhor Presidente não fez nada. Portanto, quando diz “não sou eu que domino isto tudo” – é o senhor Presidente que define o método e o método está mal definido, há um ano que não se discute, e quando vem dizer “a culpa é vossa se não se fizer”, não, a culpa é sua, porque não tem método, a culpa é sua, porque não consegue organizar a Câmara, não consegue pôr um ritmo que leve as questões a serem decididas, porque se procurasse os consensos, e em alguns assuntos eles foram encontrados, e se quisesse discutir os assuntos eles eram discutidos e, se calhar, os consensos encontravam-se. O senhor Presidente é que quer protelar ao máximo para depois dizer “tem que ser agora, porque se não perdemos o acesso aos fundos”, e não é assim. Há um ano, o senhor Presidente que não há reuniões, e isso é que está errado, e é aí que se mostra que não há método»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Senhor Presidente, a probabilidade de termos o PDM aprovado até ao final do mandato acho que é nenhuma. Como as coisas estão, o cenário é, vamos andar aqui a arrastar o processo. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, dizia que o PDM é um plano para dez anos, eu acrescento, é para mais de vinte anos, aliás, basta ver o histórico. Eu acho que o mais importante nesta fase é a Comissão de Acompanhamento reunir e definir um cronograma até à aprovação final deste documento. Acho que os membros da Câmara estão a assistir a esta reunião, julgo que eles têm tanta responsabilidade como o senhor Presidente, mas isso é um assunto que eles depois vão discutir na Câmara, porque é que o assunto do PDM não é discutido, agora quem propõe a ordem de trabalhos para a reunião de Câmara, não são os senhores Vereadores, é o senhor Presidente da Câmara, eles discutem o que lá está e, certamente, eu não conheço todas as intervenções individuais dos senhores Vereadores de cada um dos partidos, eles já terão, certamente, colocado o problema em cima da mesa, quando é que se discute o PDM. Sem dúvida nenhuma que o que não se pode é passar para cima dos outros esta responsabilidade e aqui eu julgo que o mais importante é definir um cronograma que balize todas as fases que estão, neste momento, em cima da mesa, até à aprovação final deste documento que é demasiado importante.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse:

«Também quero agradecer ao senhor António Jorge por ter participado e colocado esta questão sobre o PDM. Gostaria de perguntar ao senhor Presidente se têm, neste momento, noção de que havia aquele prazo, até 13 de julho, para fazer esta revisão do PDM, tendo em conta a Lei dos solos, até porque existe o risco de determinados terrenos urbanizáveis passarem a ser rústico, por exemplo, e se verificarmos que este prazo foi dado, cento e oitenta dias, rapidamente passa e, portanto, existe aqui uma grande vontade da nossa parte em discutir este tema e a necessidade, por outro lado, de resolver esta situação, até porque existe outra consequência que, também, está ligada àquilo que é o apoio do novo quadro comunitário, que poderemos ver limitado por não ter esta situação do PDM revista.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse:

«Primeiro queria fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal se os membros das Juntas não são também cidadãos, pelos menos no Partido Socialista, quando eles passam para as autarquias, continuam a ser cidadãos, continuam a ter direitos e deveres e como

cidadãos, neste caso, eu até acho que é um dever, é o dever de não ficar quieto quando acham que devem intervir.

Relativamente às intervenções, eu não tenho tantas certezas como o senhor Deputado Ângelo Marques que as populações e as Juntas de Freguesia vão ser ouvidas, porque até agora houve pouco trabalho e daquilo que fomos ouvidos houve muito pouco proveito, com isto não estou a fazer ataque nenhum, mas é uma constatação, nós colocámos muitas questões e não foram respondidas nem apresentadas alternativas, foi “é isto porque sim e porque nós queremos, porque se não for isto já não é o nosso PDM”, como costuma dizer o senhor professor Jorge Carvalho.

Relativamente à questão que o senhor Presidente colocou, volto a concordar com ele, é preciso objetividade. Nós colocámos, entre muitas outras, e eu acho que a última carta tinha mais de trinta propostas e acontece o que o senhor Deputado Ademar Marques disse, as propostas são feitas, não são respondidas. Não existe a reunião da comissão, como também já foi aqui dito, mas existe o prazo “quando for para aprovar, vocês é que são responsabilizados se votarem contra”, e eu digo já, aprovar o que aqui está, contem já com o meu voto contra, e com mais intervenções para tentar bloquear esta proposta, porque isto é a desgraça da Freguesia de Ferrel. Eu não estou contra ninguém, estou contra a proposta do senhor professor Jorge Carvalho, de forma taxativa, porque aquilo é a desgraça da Freguesia de Ferrel. Está inscrito naquele regulamento que, na zona do Moinho Velho, não é permitida a monocultura, mas é tudo o que lá está, é aquilo que nos põe comida na mesa, é aquilo que emprega mais de cem famílias em Ferrel, e o mesmo acontece com a Serra d’El-Rei, que tem lá uma parte, a Freguesia de Atouguia da Baleia também tem uma grande parte. Zonas agrícolas que empregam muita gente, que dão muita riqueza ao concelho, e no regulamento fica que já não se podem fazer agricultura naquelas zonas da forma que é feita hoje, que é a única forma de ser minimamente rentável para os agricultores, se eles deixarem de produzir em massa, como é que eles pagam as suas despesas e como é que comem, já para não falar dos postos de trabalho. No centro de Ferrel, as zonas C e Zero, e aí eu estou em dúvida se acontece o mesmo nas outras localidades e nas outras freguesias, mas naquela zona do centro, só é permitido no Rés do Chão comércio, como é que isto pode ser, então se uma pessoa tiver no Rés do Chão uma casa a cair não pode fazer uma habitação, se tiver dificuldades de mobilidade e se for aquele o único património que tenha, eu acho que estas coisas não podem ficar assim, de forma dúbia e restringir. Outra questão objetiva, áreas turísticas. A área turística da unidade de execução é a primeira a avançar e essa não tem índices de construção, tem dois mil metros de construção, parece que já está a encaixar em alguma coisa, e as outras áreas turísticas da parte de trás, para nascente de Ferrel, essas áreas turísticas só podem começar quando aquela já esteja terminada, ou seja, são terrenos privados, património, em que as pessoas não podem mexer, alguns já têm projetos bloqueados pelo PDM que ainda não está aprovado, e eu posso comprovar aquilo que estou a dizer, e essas pessoas só podem mexer no seu património quando os senhores da frente estiverem despachados e, depois, se quiserem fazer algo parecido, não podem porque já há capacidade, chega à Câmara Municipal e volta para trás. Isto não é sério nem é, principalmente, justo para as pessoas. Em relação às estradas que existem, já vii porque lhe foi enviado de forma anónima a informação, com estradas que eu perguntei diretamente à equipa do PDM se iam deixar de ser transitáveis por veículos e que passam exclusivamente a pedonais, eu perguntei se isto acontecia e realmente não me disseram que não, disseram que não estar assinalado não significa que vá desaparecer, isto é uma resposta política, porque aquela equipa também é política, não é só técnica, pelo menos nas respostas que nos tem dado a nós, portanto, só houve uma questão que o senhor Presidente não me respondeu, vai ou não haver alguma sessão de esclarecimento em Ferrel para a população, com a equipa do PDM.

Relativamente à unidade de execução do Baleal, não existe a unidade de execução, eu tenho aqui uma parte do novo POC, que já foi aprovado, e nesta parte, a proposta de intervenção que tem para a zona do Baleal Norte, o POC diz assim, vou citar: “A realocação dos apoios de praia está

dependente da intervenção da requalificação/renaturalização do espaço e a sua concretização acontecerá após as obras de intervenção neste espaço e da realocação da área de estacionamento, dentro da unidade de execução do Baleal". Existe ou não existe unidade de execução no Baleal. Que informação é que foi enviada para o POC que não existe, porque o POC já está a prevê-la e ela ainda não está aprovada em Peniche, é porque eles vão ao pormenor de dizer que o estacionamento é de quinhentos e dez lugares, existe ou não existe projeto, foi ou não foi enviado projeto, depois é natural que se levantem suspeitas, como as que o senhor António Jorge levantou aqui e bem.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Em relação à pergunta que me fez a mim diretamente e à mesa, é óbvio que a mesa trata todos por igual.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Já foi dito ao Executivo Municipal que nós tínhamos um cronograma para apresentar, porque não faz sentido estarmos a apresentar o cronograma no mês de agosto, portanto, penso que na primeira reunião, em que eu esteja, em setembro, vamos apresentar esse cronograma. Há coisas que eu não gosto, suspeitas, eu não gosto de responder a suspeitas, gostava que concretizassem, "posso provar", que se prove, até para nós esclarecermos quais foram os projetos que foram rejeitados à luz do próximo PDM. Há pessoas a dizerem isso, mas têm que provar, são colocadas suspeitas sobre tudo. Eu acho que há acusações recorrentes, em relação ao regulamento, sempre foi dito que o regulamento não estava fechado, não avaliámos o regulamento sequer, em termos do Executivo Municipal, temos o direito de o fazer no momento oportuno. O senhor Deputado Ademar Marques referiu que fez um conjunto de propostas e o Partido Social Democrata, é verdade, já algum tempo as trabalhou, também é verdade que uma parte delas foram respondidas e não podemos esquecer outra coisa, há regras, há zonas que, anteriormente, podem ser de construção e vão passar a deixar de poder construir, mas não é só em Peniche, é no país todo, é o que a Lei diz e são essas adaptações. Onde podemos ultrapassar e é conveniente ultrapassar e é justo ultrapassar, vamos discutir, por isso é que quando eu falo em objetividade é isso. Se colocam a questão da monocultura, que vai ser proibida, eu nem ponho isso como hipótese. Alguma coisa que está mal elaborada e que tem que ser revista, tem que ser discutida, isto é a minha opinião neste momento, agora, no que é que nos concentrámos durante muito tempo do PDM, foi as áreas onde construir, aliás, foram feitas afirmações que até tinham feito a análise sobre onde passa a estrada e onde se pode construir ou não, que pode ter sido mal vistas e depois foi referido sobre isso, portanto, vamos falar sobre as questões, e por isso é que eu digo, objetividade, e não é objetividade jornalista, é objetividade em casos concretos. A questão que já foi colocada da unidade de execução e do POC ACE, é uma questão antiga, já existia o propósito de requalificar aquela zona toda do Baleal, puxaram os apoios de praias todos para trás, tem não sei quantos anos, provavelmente vai ser o PDM a dizer que já não é assim. Depois, a questão do centro de Ferrel que não se pode construir, só comércio, e o senhor Presidente da Junta da Serra d'El-Rei também disse que não, isso são coisas que não vão ser obrigatórios e nós vamos ter que as analisar. É difícil fazer reuniões de trabalho sérias, já fizemos várias reuniões em Ferrel, pelo menos duas e uma delas foi pública, agora, se em cada reunião vamos colocar questões que já sabemos que não é possível alterar, obviamente que estamos a poluir o debate, um debate sério. Eu acho que é importante que cada uma das Juntas de Freguesia, numa primeira fase, se prepare, com tudo o que tem para colocar, desde o programa, aos espaços, e que se clarifique, antes de levar isto para reuniões públicas que vão dificultado a perceção das pessoas, porque eu também sei que são ditas coisas às pessoas que não correspondem à verdade

e a partir do momento em que elas não correspondem à verdade como é que nós vamos fazer um trabalho sério se as pessoas ficam na dúvida, quem é que está a falar sério. Nós fizemos um conjunto de sessões públicas, um bocadinho por todo o concelho todo, sugerimos e alertámos as pessoas que tinham essas questões para clarificar que fossem falar com os técnicos, e podem-me dizer assim, como já me disseram, mas isso é uma questão política, a política entra a seguir. Primeiro, temos de discutir tecnicamente aquilo que é discutível, para esclarecer se em alguma coisa há dúvidas, porque são feitas aqui afirmações, de vez em quando, que eu, que não sou um profundo conhecedor das leis, dos regulamentos, estão a fazer-se afirmações que não correspondem à verdade, não se conhece, portanto, nós falamos nas coisas como se tivéssemos a verdade absoluta, e aí os técnicos têm a vantagem. Vamos esclarecer quais são os tais pontinhos, aquilo que é essencial, para depois definir o resto. Obviamente que quem conhece como Ferrel está estruturado e está ordenado, se querem continuar assim é assim. Vamos continuar a construir, fazemos vivendas e prédios para toda a área que houver para construir, e depois temos o que temos, mas isso são opções, as pessoas têm terrenos para construir, construam. Eu acho que devíamos ter o cuidado de não ouvir só algumas pessoas, não ouvir só as pessoas que têm interesses e perceber se temos aqui uma oportunidade de fazer o melhor pelo espaço que existe, uma parte considerável é privado e outro não é, poderemos ordenar melhor as nossas comunidades e o que é que queremos para a frente do Baleal, por exemplo, tem que ser discutido, e depois, para além do que queremos, se é exequível, se a Lei permite e se nós também queremos, eu acho é que isto tem que ser discutido. Respondendo objetivamente, temos. Agora, depois disto tudo, perguntarem se eu vou propor uma reunião na Freguesia de Ferrel, eu sei como as coisas estão, para partir o resto, não contem comigo, se querem esclarecer até ao pormenor aquilo que há para discutir, para nós enriquecermos e percebermos o que está em jogo, fazemos esse trabalho sério a partir de setembro, esta é a minha proposta.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Senhor Presidente, não me leve a mal este tempo todo, mas eu acho que este é um tema demasiado importante para o nosso concelho para ser discutido. Eu conheço o senhor professor Jorge Carvalho, como deve imaginar, porque trabalhei com ele no mandato anterior, e eu acho que o senhor professor Jorge Carvalho tem duas coisas interessantíssimas, tem uma inteligência muito grande, depois tem um conhecimento nesta área também muito grande, mas depois esbate num problema complicado, é muito teimoso. Estou a falar da pessoa que lidera só um dos projetos mais importantes, neste momento, da Câmara Municipal, em termos técnicos, ele lidera este projeto, agora, ele não pode ser surdo, tem que ouvir, e aquilo que o senhor Presidente disse, na sua parte final da intervenção, vai ao encontro daquilo que eu acho. Estamos numa fase, em que temos que nos ouvir todos e temos que incluir muita coisa, o senhor professor Jorge Carvalho e a sua equipa vai ter que incluir naquele projeto muitas das opiniões de cada um de nós, dos que estão aqui, dos que estão na videoconferência e da população, ele vai ter que ouvir, não tem outra hipótese. Nos regulamentos vai ter que alterar, e eu chamo a vossa atenção que o último Plano Diretor Municipal, que é aquele que está em vigor, eu tive a oportunidade de o aprovar. Quando se discute um documento tão importante como aquele, é natural que há uma altura em que temos de decidir, e aqui o técnico vai ter que ter uma capacidade de encaixe muito grande, até porque somos nós os autarcas, nós é que dirigimos o Município, o senhor Presidente preside à Câmara Municipal mais a sua equipa e os restantes Vereadores, na Assembleia Municipal, o senhor Presidente dirige a nossa Assembleia, mas nós somos membros e temos todo o direito de fazer as alterações que na altura for necessário, com o apoio técnico ao nosso lado ou não, nós só temos que cumprir a Lei, é isso que se exige, desde que se cumpra a Lei e que se possa incluir um conjunto de questões que são

colocadas, porque não, qual é a questão, isso aconteceu no último PDM e vai acontecer neste, agora, temos é que avançar com isto.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse:

«Só para ajudar ao esclarecimento, principalmente. Relativamente à questão dos projetos que foram bloqueados pelo novo PDM, vou perguntar às pessoas se posso utilizar a informação delas, se elas me permitirem vou mandar para o senhor Presidente da Câmara, não tenho problema nenhum, porque foi efetivamente isso que aconteceu e houve ali pessoas que investiram muito dinheiro em projetos e coisas como deve ser, que ficaram estagnadas.

Relativamente ao regulamento, essa é a questão, eu aqui torno a concordar com o senhor Presidente da Câmara. O regulamento não está fechado, para nós, e é bom que não esteja, mas para a equipa do PDM está fechada a partir do momento em que eles o fizeram. Nós fizemos dezenas de propostas e eles não alteram uma vírgula. A agricultura é aquilo que diz lá, artigo 50.º, e se o senhor Presidente for ver, nós colocámos a questão aqui, na reunião de autarcas, ao senhor Arquiteto Gil, e ele disse-nos que isso eram orientações da Direção-Geral da Agricultura. Já fui às Caldas da Rainha e ainda vou mais longe, porque estou à espera, e não consigo encontrar essas orientações. Relativamente à equipa, não tenho nada com isso, mas é bom que as pessoas que estão em casa e não estão por dentro do assunto que saibam, que eles trabalharam sem remuneração, mas também estiveram algum tempo a receber que não fizeram nada.

Esta unidade de execução que já existia, em 2016 foi reprovada e ela continua igual, pelo menos aquilo que me chegou, não houve nenhuma alteração. Eu não sou contra a haver um hotel na zona do Baleal, até pode haver um hotel, agora, deve ser uma coisa pensada como deve ser e localizada como deve ser, isso pode ser discutido, e o senhor Presidente sabe que o ponto já afirmado pelo senhor professor Jorge Carvalho é naquela unidade de execução é irrevogável, a maneira como ele colocou percebeu que não havia. Essa sessão pública que eu falo ficou claro que não vai haver, mas é porque, neste momento, já existe mais informação para as pessoas que não tinham noutra altura e haviam mais pessoas disponíveis para colaborar.

Aquela questão dos técnicos que receberam as pessoas que tinham dúvidas, eu também vim cá, as técnicas do Gabinete de Planeamento, e fui muito bem recebido, mas não houve muito desenvolvimento, e houve pessoas e as queixas que me chegaram foi “nós fomos lá, mas já está tudo feito, o que nós propomos não pode ser, e depois não há ata nenhuma, o que nós fomos lá colocar morre ali”, portanto, as pessoas sentiram-se assim.

Para terminar, quero pedir ao senhor Presidente da Câmara que leia a informação que a Junta de Freguesia mandou. As propostas que a Junta de Freguesia mandou para o PDM, quando o senhor Presidente tiver a oportunidade, porque acho que vai ajudar a elucidar para alguns pontos que são realmente críticos e não parecem.

Na questão do ordenamento de Ferrel, se nos deixarem ficar como estamos, nós estamos muito bem, toda a gente quer ir para lá, fazem-se casas e vende-se, as pessoas gostam como está, aí voto a favor com uma declaração de voto para dar os parabéns.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA “REABILITAÇÃO DAS MURALHAS DE PENICHE”:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do primeiro ponto da ordem do

dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«É preferível fazer o enquadramento dos primeiros cinco pontos que têm a ver com a necessidade de contrair empréstimo, para fazer face à nossa parte de investimento nas cinco obras que são comparticipadas com os fundos comunitários, e em função disso foi decidido em reunião de Câmara, sob minha proposta, submeter estes cinco pedidos de empréstimos que só podem ser utilizados, naturalmente, nestas cinco candidaturas, e que poderá ser todo utilizado, mas prevê-se que está calculado em três milhões, cento e quinze mil euros, portanto, no máximo de execução. A senhora Vereadora Ana Rita Petinga tem um mapa que explica os valores por cada uma das candidaturas.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse:

«Sobre os cinco empréstimos: o primeiro, a Central Elétrica, já estou a apresentar o valor pela qual a obra foi adjudicada, o valor total da obra, com IVA foi cerca de três milhões e cinquenta e nove mil euros. O total que vai ser comparticipado é de um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil euros, a parte do município pode ir até um empréstimo de um milhão setecentos e cinquenta e cinco mil euros. A empreitada da 2.ª fase de requalificação do Fosso das Muralhas de Peniche e da zona envolvente, nomeadamente a Rua da Ponte Velha, ainda está a apresentar com o valor base que está em concurso, e o valor base com IVA é de um milhão seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e seis euros, o total comparticipado é de um milhão, trezentos e vinte e três mil, setecentos e quarenta e cinco euros e a parte do empréstimo do município pode ir até trezentos e cinco mil euros. Em relação à estabilização da arriba do Porto da Areia Sul também ainda está a apresentar com o valor base que foi a concurso e o total, com IVA, é de cerca de quatrocentos e sessenta e um mil euros, o total comparticipado será de trezentos e cinquenta e seis mil euros e a parte do município será de cento e cinco mil euros, ou seja, o empréstimo pode ir até este valor. A Empreitada de construção dos passadiços para as praias da Baía Norte de Peniche, Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo, portanto, também é um valor base, com IVA, de setecentos e vinte mil euros, o total comparticipado será de quatrocentos e cinquenta e um mil euros e a parte do município pode ir até duzentos e setenta mil euros no empréstimo. Em relação à Reabilitação das Muralhas de Peniche, também é o valor base que está em concurso, de um milhão, quatrocentos e cinquenta mil euros, com IVA, um milhão, quinhentos e trinta e sete mil euros, comparticipado em oitocentos e trinta e oito mil e a parte do município de seiscentos e oitenta mil euros.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Antes de fazer uma análise sobre as propostas, eu acho que a sugestão que foi feita senhor Presidente da Câmara merece a minha concordância, ou seja, estes cinco pontos devem ser apreciados em conjunto e depois a votação, sim, individualmente. Eu esperava ter aqui uma informação que não tenho, eu esperava que a Câmara Municipal além desta informação, que eu agradeço da senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, nos desse uma informação concreta sobre o plano da dívida. Nós estamos a falar de dívidas a vinte anos, nós estamos a dizer que nos próximos vinte anos há cerca de três milhões que são para estas obras, que são pagas. A outra questão que falta aqui é que era importante para nós percebermos, o serviço da dívida da Câmara Municipal, ou seja, o atual e o que é que isso significa de acréscimo com estas aplicações. É importante para quê, para nós percebermos os encargos que a Câmara Municipal passa a ter, a

partir do momento em que estas obras são iniciadas e a partir do momento que estes empréstimos têm o ok do Tribunal de Contas, portanto, e que a Câmara Municipal começa a pagar, qual é que vai ser o pagamento da dívida da Câmara Municipal ao longo dos vinte anos, portanto, a somar àquele que já existe. Depois, eu gostava que a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, desse um dado que é relevante e que a Assembleia Municipal tem todo o direito a saber, qual é a capacidade de endividamento da Câmara Municipal hoje. A Câmara Municipal tem limite à dívida, obviamente, pelas minhas contas, este valor poderá rondar os cinco milhões, mas eu não tenho o valor exato, gostaria de perceber qual é, neste momento, esse valor.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Há valores que são constantes. Todo este processo está explicado e está documentado e foi enviado para todos os membros da Assembleia Municipal, ou seja, é fácil chegar aos documentos e perceber qual é o pagamento, o que está proposto em vinte anos, para cada um dos cinco empréstimos. Em termos médios, retirando daqui o ano 2021, porque em termos de pagamento não é igual aos restantes, os cinco empréstimos representam um encargo anual de cento e sessenta e sete mil trezentos e noventa euros, num orçamento que, neste momento, ronda os vinte e cinco milhões, dá para perceber que não é um encargo financeiro de grande monta. Depois, há que referir que a maior responsabilidade financeira, em termos de endividamento, tem a ver com a obra do antigo edifício da Central Elétrica, que foi para valores, que não são comparticipados uma parte significativa do orçamento final e da adjudicação e que, obviamente, há uma opção, que é fazer ou não fazer e não passaria pela cabeça de ninguém não a fazer, porque penso que grande parte de nós esperávamos por ela há um número considerável de anos. Depois também referir que estes empréstimos têm que ser pagos, mas na contam para o limite de endividamento, da capacidade, portanto, não conta. Não contém que possamos recorrer a empréstimos com outro objetivo, os empréstimos são contraídos para as candidaturas, para suportar aquilo que os fundos comunitários não comportam, e isso é uma vantagem que devemos aproveitar.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse:

«Referir que o total da dívida, neste momento, é de cerca de cinco milhões e duzentos mil euros, que vamos pagar, entretanto, o restante dos fornecedores, de início do mês agosto, que vai baixar a nossa dívida e, relativamente à questão anterior, acho que o senhor Presidente da Câmara já respondeu, portanto, os encargos serão mais ou menos na ordem dos cento e sessenta e sete mil euros e que, obviamente, o 2021 nunca é um bom exemplo, porque provavelmente a totalidade ainda não será paga, mas para a frente será essa a indicação. Não nos podemos esquecer que muitos dos empréstimos que trazemos, alguns vão acabar este ano, 2020, outros irão acabar em 2021, o que também ajuda a que o valor a médio não ultrapasse os setecentos e oitenta mil euros ano, para abater na dívida.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Esta parte final da senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, foi muito objetiva, ou seja, em 2020 vamos deixar de pagar alguns dos empréstimos e em 2021 também. Isso significa que se a Assembleia Municipal tivesse essa informação não fazia a pergunta, e eu não leio em lado nenhum nos documentos que nos foi enviado esse tipo de informação. Julgo que quando há este tipo de empréstimos faz muito bem a partilha de informação, até porque nós somos, como sabem, o órgão que aprova ou não estes empréstimos, portanto, convém chamar à atenção para isso.»

Eu quero dizer que a posição da Coligação Democrática Unitária vai ser construtiva, outra coisa não poderia deixar de ser. Vamos votar a favor de todas estas propostas, mas sobre cada uma delas faremos vários comentários. Relativamente à questão da Central Elétrica, nem passava pela cabeça de ninguém que face a tudo aquilo que aconteceu com a Central Elétrica e aos anos de demora e todos os problemas, toda a alteração, inclusivamente, do conteúdo daquele espaço e da sua utilização, que não fosse construído esse espaço, portanto, acho que estamos todos, obviamente, de acordo. Relativamente à Reabilitação das Muralhas, a mesma coisa, faz parte do caderno de encargos que cada um apresentou ao eleitorado a mesma coisa, no entanto, há aqui um projeto que merecendo a nossa concordância pelas questões da segurança, merece a nossa discordância de que seja o Município a pagar uma parte e tem a ver com o Porto da Areia Sul. Quem tinha que pagar isto era a Agência Portuguesa do Ambiente ou o Governo, nunca a Câmara Municipal, portanto, não é pelo valor, é por uma questão de princípio. Todos nós sabemos que quando vamos à fatura dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, há lá uma verba, que ninguém dá conta, que vai para a Agência Portuguesa do Ambiente todos os anos e o valor é muito significativo. Estamos a falar de milhares de euros, por ano, para a Agência Portuguesa do Ambiente nesse imposto, e fazia todo o sentido que fosse a Agência Portuguesa do Ambiente, através do seu orçamento, ou o Governo, a assumir essa responsabilidade do ponto de vista financeiro e não a Câmara Municipal, seja a de Peniche, seja outra qualquer que esteja na mesma situação, aliás, dois exemplos, as arribas que nós, no nosso mandato conseguimos resolver em São Bernardino e na praia da Consolação, a Câmara Municipal pagou zero, e sempre dissemos isso, nunca escondemos, portanto, não faz sentido nenhum, sobre uma obra desta natureza, dizer aos Municípios para pagar aquilo que não é da sua responsabilidade. Nós vamos, obviamente, aprovar, mas deixamos esta crítica muito clara. A Câmara Municipal deveria ter tudo feito no sentido de obrigar o Governo a pagar na totalidade. O senhor Presidente da Câmara, há pouco, dizia assim, cento e sessenta e sete mil trezentos e noventa euros de encargos não é muito, e eu digo, e mais cento e cinco mil euros para o orçamento de Estado o que é que significava, e isto é um exemplo concreto dos muitos milhões de euros do orçamento de Estado que é evidente que podia ter chamado a si esta obra. A senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, não deu o número, talvez por lapso, relativamente à capacidade de endividamento, não confirmou se eram os cinco milhões. Nós vamos ter um quadro comunitário a seguir, isto não vai parar por aqui, chame-se vinte-trinta, chama-se vinte-quarenta, vêm outros. Hoje saiu uma notícia, penso que é do agrado de todos, que vêm aí apoios especiais para as autarquias, relativamente às ciclovias, e eu acho que nós não devemos desaproveitar nenhum apoio, desde que seja para a economia local poder ressentir disso e para a qualidade de vida das populações, portanto, é necessário, relativamente a isto, pensar que vamos ter um quadro comunitário a seguir, é necessário pensar que há oportunidades que surgem durante o mandato que, às vezes, nem faz parte do nosso programa individual de cada força política e que pode acontecer, portanto, essa necessidade, logo, temos que ter esse dinheiro, essa quantia para recurso a empréstimos. Eu quero chamar à atenção desta Assembleia Municipal que a senhora Vereadora Ana Rita Petinga disse e bem, cinco vírgula dois milhões de euros, se a Câmara Municipal tem aprovado aquele magnífico projeto para os bombeiros, era três milhões, o alcatrão que foi à reunião, era mais de um milhão e os armazéns, seiscentos e oitenta mil euros, isto significava que os cinco milhões estavam aqui, há uma parte deles bastante grande, portanto, isto significa, e comecei por dizer que a Coligação Democrática Unitária ia votar a favor de todos, apesar fazer um conjunto de considerações críticas sobre as propostas em apreço, que a não faz sentido andar a apregoar que não se faz mais porque a oposição não deixa, isso acaba, esse estigma, nós estamos a aprovar, hoje, seis projetos que são apresentados e de nenhum deles, pelo menos no que à Coligação Democrática Unitária diz respeito, terá uma oposição negativa, portanto, gostaria de deixar esta opinião muito clara. Gostava de fazer uma pergunta, já que estamos a falar neste tipo de investimentos, apesar de não está aqui nenhuma

observação relativamente ao Mercado Municipal, nem no novo edifício que o senhor Presidente da Câmara tinha apresentado na sua campanha eleitoral da Câmara Municipal, que não interessa agora saber quanto é, se estes projetos estão na manga para a reunião de Câmara para nós daqui a alguns meses podermos apreciar e votar.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse:

«Começo por cumprimentar todos os presentes, os que nos acompanham por videoconferência, agradecer, também, a presença dos funcionários e da Comunicação Social aqui na sala. Começo por dizer que, de facto, estes são cinco investimentos importantes para o nosso concelho. De referir que existem aqui, principalmente a questão da biblioteca, que é um investimento que há muito já devia estar feito, já foi referido que teve vários problemas começando pela falência da empresa que estava a iniciar aquela obra em 2005 e, também, de referir as obras de recuperação da Muralha e a segunda fase do Fosso da Muralha. Penso que teria sido importante, para além daquilo que o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Armando, referiu sobre o impacto na dívida do município, deveria ter vindo nestes documentos uma previsão de cronograma de execução destes projetos, um plano de execução, penso que esta Assembleia tinha o direito de ter acesso a toda essa informação, se for possível, ainda, no decorrer deste verão, considerávamos importante receber essa informação. De facto, são projetos importantes com impacto em várias áreas, Cultura, Educação, Património e Turismo e, obviamente, terá aprovação do Partido Socialista.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Muito obrigado senhor Presidente, muito obrigado, também, pelas explicações que a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, em particular, deu. Eu queria dizer o seguinte, nas primeiras sessões da Assembleia Municipal em que eu participei, em 2009-2010, um dos assuntos que estava em discussão era a candidatura e o empréstimo para a primeira fase do Fosso da Muralha, curiosamente, nessa intervenção que fiz, eu queixei-me do facto de os documentos que foram presentes à Assembleia Municipal não terem, precisamente, a previsão do serviço da dívida e do impacto que havia para as contas do município e, portanto, é, de facto, bom que agora, na oposição, alguém tenha aprendido que, de facto, se deviam incluir nos documentos em discussão. Dito isto, é importante, de facto, ter essa visão de conjunto, porque o senhor Presidente da Câmara disse, e bem, que estes empréstimos, contem ou não para o limite de endividamento, têm que ser pagos e, portanto, o dinheiro vai faltando em algum sítio quando se tira, mesmo não contando para o limite que o Estado impõe para o endividamento. Independentemente disto, é isto que é verdadeiramente relevante e que eu quero dizer, estes são projetos estruturais e é evidente que merecem a concordância do Partido Social Democrata, aliás, alguns deles, em particular a questão da reabilitação das Muralhas, o Partido Social Democrata vem defendendo há muito tempo como impulso da Câmara Municipal, e isso leva-me a referir também o assunto que o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu, relativamente aos investimentos do Governo ou da Câmara Municipal. Eu acho que é um assunto relevante e que não devemos ter conceções fechadas sobre ele. As muralhas, em bom rigor, também podíamos interpretar como tal, e foi sempre isso que o antigo Presidente da Câmara disse quando se falou do assunto, e eu sempre discordei do que ele disse e, portanto, eu acho que a Câmara Municipal faz bem, e eu sempre o disse, em tentar investir na reabilitação das Muralhas. Também já o disse, se o devia ter feito em parceria com a Direção Geral do Património Cultural, por causa da fortaleza, aí já tenho dúvidas, porque a fortaleza ficando de fora, fica a faltar uma parte

fundamental, mas estes, como eu disse, são projetos em que faz sentido a Câmara Municipal endividar, porque o proveito que se tira do investimento é retirado ao longo de vários anos e por várias gerações. É pena, e concordo com o que o senhor Deputado Henrique Estrelinha disse, que não venha aqui como é que está a maturação destas candidaturas, ou seja, daquilo que eu percebo algumas candidaturas não estão concluídas, pelo menos os concursos não estão concluídos e, portanto, era bom que estivesse aqui essa informação para se perceber, porque eu percebo que se forem aprovados utiliza-se o dinheiro, mas era importante perceber em que prazos, em que momento estamos em cada um deles, portanto, penso que isso ainda pode ser dito, durante a vossa resposta. De facto, estes, espero, são bons investimentos que eu espero que se concretizem rapidamente, porque são para o futuro de todas as pessoas da nossa terra e, de facto, estes são investimentos que fazem sentido.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse:

«Face a estas cinco propostas da Câmara Municipal, obviamente que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche votará favoravelmente, aliás, congratula-se com todos estes projetos de grande importância, grande relevância para o nosso concelho, e congratula-se, também, porque revela uma preocupação da Câmara Municipal e do executivo para com o património cultural e natural do nosso concelho. Acreditamos que o património pode e deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida da nossa população e é isto que estes projetos vêm também trazer à tona, portanto, votaremos favoravelmente.»

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse:

«Boa noite a todos os presentes e a quem nos ouve em casa. Quero fazer uma questão, muito simples, acerca desta informação que foi enviada para estes empréstimos, ou para estes projetos. Eu creio que devia ter sido enviada uma apresentação ou que pudesse ter sido feita, mas pelo menos enviada, do ponto de vista da arquitetura, alguma informação para nós percebermos minimamente do que é que se trata, do ponto de vista operacional, cada um desses investimentos, porque, enfim, a requalificação do Fosso das Muralhas, nós podemos até ter uma ideia global, mas creio que um documento, um PDF, com alguma arquitetura ou com algumas peças desenhadas do projeto teria sido interessante para nós, até internamente, podermos discutir algumas questões em pormenor. Nomeadamente nos passadiços, existe um na zona do Baleal e nós poderíamos ter alguma opinião acerca do que estava a ser apresentado e ficando sem essa informação, é menos um ponto que podemos analisar na proposta.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Haveria muito a dizer, em relação a algumas questões que foram aqui referidas, nomeadamente, quando se diz que se tivéssemos avançado ou aprovado alguns investimentos que não foram aprovados, nomeadamente o Pavilhão Multiuso, os armazéns e o asfaltamento, está a ser dito de uma forma desfasada, porque ninguém apresentou as três propostas em conjunto. Em cada momento nós devemos analisar aquilo que são as oportunidades, e é por isso que eu sempre defendi, continuo a defender e acho que no futuro, quem estiver na gestão municipal tem que ter essa preocupação, em termos de planeamento, em termos de avaliação do que o concelho precisa, do que é mais prioritário, independentemente de estar em condições ou não de o fazer em termos financeiros. Respondendo a outra questão, o atual Presidente de Câmara sempre defendeu e vai continuar a defender a construção dos Paços do Concelho, por uma razão essencial, a forma como

a Câmara funciona, neste momento, com tantos serviços e, também, com desfasamento em relação à coordenação e à proximidade de uns serviços com os outros, que é uma necessidade, porque neste momento estamos a trabalhar em nove edifícios. Já fizemos o programa com esse objetivo, no momento em que foi feita essa avaliação, as necessidades para a construção desse edifício e fizemos, também, um estudo prévio. Isso permite, como foi o caso do projeto do Parque Tecnológico "SmartOcean", que se não tivéssemos tido essa preocupação, atempadamente, não teríamos tido a aprovação desta candidatura, porque quando a vi saiu tivemos 30 dias, o projeto que a empresa fez levou cerca de 12 dias, portanto, essa é que é a vantagem, nós até podemos pensar que não sai, mas temos que ter consciência, todos os autarcas, quais são as necessidades que o concelho tem, que o município tem. Se amanhã saísse uma oportunidade para construir os Paços do Concelho, eu diria que neste momento pelos valores tem em sua posse, uma quantificação aproximada, se for ambicioso e contemplarem também outras necessidades que o concelho precisa nesses Paços do Concelho, falámos num valor de dez milhões, mas se houvesse a oportunidade que desse uma participação de oitenta e cinco por cento, seria um erro não aproveitar, até porque as condições poderiam ser dadas com alguma facilidade. Não acha que o problema da gestão municipal é o serviço da dívida, o problema da gestão municipal é a falta de investimento. Nós temos que fazer mais investimento e quanto mais melhor naquilo que é estrutural, preparando o nosso concelho. Não é para nos sentirmos bem no Paços do Concelho, porque é grande e bonito, mas por alguma razão a maior parte dos concelhos tiveram essa opção. Os nossos serviços estão a trabalhar muito, pelo menos em alguns setores, noutros, provavelmente, deveriam trabalhar mais um bocadinho, mas no setor dos projetos devíamos ter uma equipa reforçada e no setor de concurso devíamos ter, se calhar, ter o setor preparado de outra forma e esperamos fazê-lo assim que as coisas estejam mais tranquilas para que não aconteça alguma dessa intranquilidade, se tivermos que mexer em alguns setores. Se nós estivéssemos à espera da Agência Portuguesa do Ambiente para suportar o investimento que inicialmente estava previsto em cento e cinquenta mil euros do POSEUR para a arriba do Porto da Areia Sul, não se fazia, aliás, o que aconteceu é que haviam relatórios, havia consciência da gravidade da situação, ao ponto da Câmara Municipal, em 2013, decidir que não continuaria a receber a renda daquele estabelecimento. Foi estranho termos que fazer o levantamento topográfico, o estudo, chamar a Agência Portuguesa do Ambiente e fazer a avaliação, mas pelo menos contamos com a disponibilidade para fazer um contrato interadministrativo com Agência Portuguesa do Ambiente, porque nos dão essa possibilidade, já nos podemos dar por satisfeitos. Logicamente que há outras obras, como por exemplo, na Marginal Norte, aí vamos reivindicar junto da Agência Portuguesa do Ambiente para que eles se envolvam mais. Já tivemos conversas nesse sentido, já reunimos com esse objetivo, porque ali vai ser muito exigente, portanto, penso que será mais interessante. Logicamente que todos pensamos que se for o Governo a pagar tudo e a Agência Portuguesa do Ambiente a pagar também, ficávamos com disponibilidade para fazer outro tipo de investimentos. Eu acho que nós, em determinados momentos, temos que avançar quando as oportunidades surge, como é o caso das Muralhas, assim que ela surgiu nós apresentámos a candidatura, foi sinalizada, deram-nos o aval para avançar e avançámos. Mesmo assim o concurso foi lançado, mas, ainda, estamos à espera de uma última declaração das Finanças, que são os donos, daqui a algum tempo, provavelmente, vão passar para a posse da Câmara Municipal. Diria que não nos devemos preocupar muito com mais responsabilidades, porque quando os municípios não têm esse dinheiro, têm que pedir ao Governo e tem que se este a investir. Atualmente estamos a trabalhar noutra frente, e já está bastante avançada neste momento, que é o quartel da Guarda Nacional Republica, para a Atouguia da Baleia, que nada tem a ver com candidaturas, mas que nos deparámos com o custo das infraestruturas para o loteamento que é muita acima do que estava previsto inicialmente. A razão pela qual não está uma informação, relativamente à maturação das cinco candidaturas: a central

elétrica está aprovada e o contrato já está assinado com a empresa e foi recentemente para o Tribunal de Contas, esperamos que não haja nenhum constrangimento, e quando vier o parecer favorável a obra é para avançar, ou seja, se as coisas correrem bem a obra da central elétrica começará ou em setembro ou em outubro. Os concursos das outras três obras estão em análise, ou seja, os concursos terminaram e o setor que faz a avaliação das propostas estão a avaliá-las, provavelmente, pelo menos uma ou duas delas, irão como proposta à Câmara Municipal de dia 10 de agosto, nomeadamente, a 2.ª fase do Fosso da Muralha que teve seis propostas, a estabilização da arriba do Porto da Areia Sul que era uma das que nos preocupava, pela sua especificidade, teve dez propostas e a empreitada dos passadiços teve sete propostas, portanto, que é positivo, porque alguns Municípios se têm deparado com essa dificuldade. Estes concursos estão fechados, há propostas e estão em avaliação, logo que estejam prontos para reunião de câmara vão ser apresentados para nos pronunciarmos e, depois seguiram, se não houver nenhuma anomalia ou reclamação, os prazos normais, ou seja, estas quatro estarão em condições, se as coisas correrem dentro da normalidade ou iniciarem a sua execução ainda este ano, para começarem a executadas durante ainda o ultimo trimestre. A reabilitação das muralhas estamos a aguardar, já falei com o senhor Subdiretor Geral das Finanças, há duas semanas, penso que durante os próximos dias, vamos conseguir ter o documento, porque a obra não pode ser executada sem ele e vamos conseguir resolver este processo. Agora isso não nos retira a ambição de poder levar a reunião de Câmara outras propostas, que podem ter pedido de financiamento, se forem questões transcendentais, como nós pensamos que podem acontecer, vamos fazê-lo. Tal como o senhor Deputado Ademar Marques dizia, são questões estruturais e se tivermos a oportunidade de o fazer em relação à Zona Industrial de Vale do Grou, temos que ter essa ambição. Quando me perguntam sobre o Mercado Municipal, é um objetivo que não teve, até agora, a oportunidade para apresentarem uma candidatura. O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, e nós estamos, naturalmente, atentos, não foi preciso ver a notícia sobre as ciclovias. Tem que ser uma opção deste concelho continuar a fazer quilómetro de ciclovias para que as pessoas venham cá e nós possamos dizer que existem quilómetros para passear. Posso-lhes dizer, também, que estive, hoje, com os senhores Secretários de Estado da Energia e do Ordenamento, e o do ordenamento voltaram a falar nas possibilidades para a ilha e considera que nos deu abertura para apresentarmos algumas candidaturas, nomeadamente em relação à questão do saneamento, se conseguimos ou não criar uma nova forma de o tratar, era interessante que eles pagassem essa possibilidade de investimento. Se na arriba da praia da Ilha da Berlenga vamos conseguir que se faça ali um investimento para a sua consolidação, que é um risco de há muitos anos, e até agora o senhor Secretário de Estado ainda não disse que não. Os avisos vão saindo e à medida que eles forem saindo, nós vamos, se conseguirmos executar vamos apresentar. A nossa obrigação, como responsáveis da gestão municipal, é trabalhar para fazer projetos, estar muito atentos e alguns dos nossos técnicos têm estado a trabalhar nesse sentido. Temos alguns projetos, tal como o Morraçal da Ajuda, que estivemos a analisar, recentemente, em reunião de Câmara, que tinha um envolvimento financeiro de cerca de quatrocentos mil euros, onde tivemos muitas dúvidas e acabamos por não avançar, porque tinha um financiamento na ordem dos vinte por cento. Se era interessante, era, se é determinante, não, mas o que é que acontece, temo-lo, e daqui a bocado há uma oportunidade para o candidatar em algum programa que se for de oitenta e cinco por cento será ótimo. Penso que é importante termos em carteira, em várias áreas de investimento, e nem sequer estamos a falar do saneamento nem da água, mas nós devemos trabalhar no sentido de estarmos preparados para que, quer a Câmara Municipal quer os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, possam apresentar mais candidaturas.

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«O senhor Presidente da Câmara disse que é preciso mais investimento em Peniche e é de facto preciso mais investimento, mas para se poder fazer mais investimento é preciso ter capacidade de investimento e aquilo que discutimos na penúltima Assembleia Municipal foi precisamente como a capacidade de investimento da Câmara Municipal está a diminuir, portanto, tem que bater certo aquilo que diz com aquilo que faz, porque, de facto, havendo muita coisa para fazer é preciso que a Câmara não limite de tal forma os seus recursos disponíveis para investimento que depois não o consiga fazer quando for preciso. De facto, estas obras são precisas, eu tenho muitas reservas em relação a outras que o senhor Presidente esteve a enunciar, acho que não vale a pena estarmos aqui agora a discutir isso, mas independentemente de serem essas obras ou outras que são, de facto, mais precisas, na minha opinião, é preciso que a Câmara retenha a capacidade de as fazer, sem estar a pôr em causa constantemente a questão do endividamento, porque podem surgir contratemplos, até decorrentes da situação financeira em que o país se encontra, agora ou depois, mas aquilo que vemos é que, neste momento, a Câmara está com pouca liquidez, foi aquilo que vimos na penúltima Assembleia Municipal e, portanto, essa falta de liquidez pode agravar-se ou até pode não acontecer, mas a verdade é que nós não sabemos como é que evoluem os impostos, como é que evoluem as transferências dos orçamentos e, portanto, é bom pensar que, não é só dizer que é preciso mais investimento, é preciso também manter a capacidade de o fazer.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Julgo que o senhor Presidente da Câmara reconheceu, numa reunião de Câmara, que a situação, do ponto de vista financeiro, que a Coligação Democrática Unitária lhe deixou é bastante equilibrada e foi bastante equilibrada, portanto, julgo que aquilo que fizemos, ainda hoje o senhor Presidente da Câmara estava a referir o Parque Urbano, eu tenho uma honra muito grande de passar pelo Parque Urbano, olhar para uma obra que foi projetada pelo Partido Socialista e que foi executada pela Coligação Democrática Unitária, mas que aquilo é uma obra da cidade de Peniche, do concelho de Peniche, é notável, mas a relva que lá está, não era a que estava no projeto, aquilo era prado de sequeiro, já para não falar noutras coisas do projeto, mas a obra está lá, vê-se, custou muito dinheiro, custou, mas vê-se, tem uma outra uma taxa de utilização muito grande, tem, e ainda bem que é assim e para a prática desportiva, para as pessoas poderem circular, com uma grande ciclovia, tem um espaço que dá gosto usufruir neste concelho. Eu sei que quando nós estamos sentados desse lado temos tendência para pensar muito nestes projetos comunitários, que são importantes, as novas oportunidades são muito importantes, mas eu também queria dizer ao senhor Presidente da Câmara, à senhora Vice-Presidente da Câmara, e aos senhores Vereadores, não se esqueçam que há mais concelho para além da cidade, que há investimento que é preciso fazer nas freguesias rurais que tem que ser assegurado, não pode ser só a cidade de Peniche, nem a Ilha das Berlengas, com o devido respeito, é necessário concentrar aqui o que é necessário e tudo aquilo que for possível, do ponto de vista do investimento. É necessário garantir às populações da zona rural, da qual eu tenho muito orgulho em fazer parte neste momento, e ser Presidente de uma das Juntas de Freguesia, investimento naquela zona. Quero dizer ao senhor Presidente que, se além daquilo que vem hoje a reunião for feito, e bem, o Vale do Grou, o Mercado Municipal, as ciclovias, o quartel da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia, porque nós precisamos que a Guarda Nacional Republicana passe para a zona rural sem dúvida nenhuma, neste caso para a Freguesia de Atouguia da Baleia, eu não sei se a liquidez da Câmara chega para fazer alguma coisa na parte rural e é preciso pensar nisto, porque o senhor Presidente sabe que há propostas que eu apresentei, enquanto Presidente de Junta, no início do mandato, eu vou só lembrar uma que considero muito importante, o relvado no Campo Desportivo da Serrana, que não avançou. Custa

muito dinheiro, custa, não tem apoios comunitários para o efeito, não tem, mas temos que pensar nisto e, certamente, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, pensará o mesmo, eu não sei, cada um fala por si e na minha freguesia há investimentos que se impõem ser feitos. Eu quero dizer ao senhor Presidente, com ou sem apoio da Câmara Municipal, nós a partir de setembro vamos iniciar as ciclovias na nossa freguesia, pagas pelo orçamento da Junta de Freguesia, vamos pedir apoio à Câmara Municipal, em termos materiais, mas será feita pela Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei. Recolhemos o apoio das pessoas que cederam o terreno para podermos fazer a ciclovia de acordo com o plano que está aprovado nesta Câmara e, como sabem, existe um trabalho bastante grande sobre isso, relativamente ao plano ciclovias no concelho. Nós vamos iniciar, porque não vamos estar a esperar toda a vida que hajam ciclovias nos outros locais e não chegar à nossa terra, nem pensem nisso, porque nós vamos executar, portanto, esta visão de concelho é importantíssima. Quero chamar à atenção dos membros da Assembleia Municipal que eu tenho vindo a batalhar, nestes últimos sete meses do ano para uma questão que me parece que é e deve levar toda a gente a pensar, nós vivemos um ciclo terrível, do ponto de vista económico e financeiro, que vai ter um agravamento nos próximos meses, que vai ter um agravamento, além do social, poderá ter impacto no próximo Orçamento de Estado e esses impactos podem querer dizer coisas que nós não vamos gostar, relativamente às Autarquias, mas podem acontecer, porque todos sabemos o que é que está aí e o que é que vem aí que ainda pior, portanto, o cenário não é feliz, não é bom e devemos todos ter presente que é neste cenário que nós temos que realizar a obra, temos que fazer coisas, é óbvio, mas o momento que vivemos é um momento crítico para o poder local e espero e espero que as consequências não sejam tão negativas como aquela que eu acho que vai acontecer no próximo Orçamento de Estado.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«As questões batem certo, senhor Deputado Ademar Marques, são opções que temos que tomar. Eu não concordo, mas, obviamente, não temos a maioria e, às vezes, mesmo aquilo que nós queremos fazer, podemos não conseguir concretizar, mas o que mais me arrelia é se não os podemos concretizar e não o podemos discutir e, às vezes, isso tem acontecido. Nós temos de fazer investimento, mas não podemos abdicar, porque provavelmente estávamos a abdicar daquilo que é mais sagrado em termos de futuro, que é o nosso desenvolvimento, que nos vai trazer melhor qualidade de vida e bem estar, de continuar a organizar a Câmara Municipal naquilo que ela precisa, ou seja, a Câmara Municipal tem que ter um corpo técnico que trabalhe, que tenha competência, que acrescente aquilo que são competências que nós ainda não temos e precisamos de a contratar, porque as realidades são diferentes daquelas que são do passado. Se nós construímos, e bem, uma escola como a que construímos, nós o concelho, como construímos em Atouguia da Baleia, temos que pensar que, em termos tecnológicos, ela é muito mais exigente do que qualquer outro equipamento que nós temos, e não é só em termos tecnológicos, é em termos elétricos e até mecânicos, significando que é preciso termos mais pessoas a trabalhar na Secção de Informática. Nós estivemos a discutir a forma como vamos acompanhar a obra, que é muito exigente, do Centro Interpretativo Intergeracional, em que a parte elétrica está garantida, porque temos um técnico, mas a parte mecânica não a temos. Em algumas áreas é possível encurtar, mas em outras áreas temos que alargar e isto é um dilema, que é fazer a transição daquilo que é uma estrutura um pouco à imagem do que era no passado e hoje, isto não tem contemplanções ou aproveitamos ou tomamos as decisões e preparamos o nosso concelho, essencialmente, o nosso município para fazer face a isso, ou ficamos para trás. Eu acentuava que, em termos técnicos, nós temos que ser transversais, tudo aquilo que nós precisamos temos que ter, depois o resto são opções, se temos mais trabalhadores, mais pedreiros, mais serventes, mais trabalhadores de limpeza, são opções, ou os temos, e temos

que ter a máquina oleada e com equipamento e logística para o fazer, ou então contratamos fora, que é uma opção e, às vezes, fazemo-lo. Também posso dizer que nós já tivemos várias vezes essa opção, mas depois fazemos as contas e, em alguns casos, sai mais barata, noutros não sai nada mais barato, portanto, é nessa experiência, num conjunto dessas circunstâncias que nós vamos ter de decidir. É como esta questão da descentralização de competências para as Freguesias, que parecia que eu sou contra a descentralização de competências para as Freguesias, pelo contrário, eu não gosto é de fazer transferências, até porque tenho a experiência, a qualquer preço. Não há dúvida que a situação é muito exigente para duas ou para três freguesias, e a freguesia menos exigente é a Freguesia da Serra d'El-Rei, em termos de espaço, porque as outras freguesias têm uma grande responsabilidade nas zonas verdes, que é muito exigente. A Freguesia de Ferrel tem duas áreas que são muito exigentes, já o disse quando estivemos reunidos, e acho que o Município tem que dar uma ajuda, em termos de arquitetura paisagística para estudar ali outras soluções para quê, para que a manutenção dos espaços não seja tão exigente e que a fatura, nomeadamente da água, mas não só, também consiga baixar. Estivemos na Freguesia de Atouguia da Baleia a avaliar essa situação e, também, falámos abertamente em relação a isso. Eu advoguei que todos os espaços verdes e ajardinados em Atouguia da Baleia fiquem sob a responsabilidade da Junta de Freguesia, agora também disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, que fizessem mais bonito do que está, essa é outra exigência. Não abduco, enquanto for Presidente de Câmara e enquanto não terminarmos, de continuarmos a fazer os investimentos, como responsável da gestão municipal, que a ilha precisa, porque aquilo é a nossa pérola, é aquilo que nos representa para muitas pessoas que muitas vezes vêm ao concelho e não vão a outro lado, mas vão há ilha, e aquilo precisava de grandes investimentos, infelizmente não foram feitos durante os últimos anos, e agora, para manter a reserva da Biosfera, temos que resolver um conjunto de exigências, de serviços, porque vai lá muita gente. A eletricidade está resolvida, a água estamos a resolver, temos que melhorar significativamente o saneamento, mas também temos que diminuir o impacto na fatura, na questão do lixo e, provavelmente, isso pode passar pela compactação. Também acho que os equipamentos que lá temos e que são da nossa responsabilidade, nomeadamente, o Restaurante, o Castelinho, os quartos, as casas de banho, as instalações do pessoal que ali se mantém ou que lá vai fazer obras pontualmente. Temos que olhar para a Fortaleza e temos que olhar para a criação de um equipamento que nos permita ter pessoas próxima do cais a receber e a fazer o que se faz no Posto de Turismo, um ponto de atendimento e receção, que são investimentos que têm de ser feitos. Acho, também, que não podemos voltar atrás, apesar de ser um acréscimo de despesa. Há outra frente que nunca foi tratada como está a ser agora, que tem que ver com os Sapadores e com o trabalho de excelência que têm estado a fazer e que terá que permanecer. Podemos melhorar, nomeadamente na cidade, a questão das canas e reduzir as áreas que temos com canas na cidade e no concelho, que não tem que haver e há métodos para o fazer e nós queremos apostar também nisso, mas não podemos deixar de ter quatro ou cinco homens a trabalhar permanentemente para defender o nosso Pinhal e outras coisas. Para terminar, a questão de os investimentos serem na cidade ou no concelho tem uma razão, eles fazem-se aqui, porque não há candidaturas, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei sabe, abertas que permitam investimentos para as Freguesias rurais, porque senão já as tínhamos apresentado, mas não existem, aliás, os Presidente de Câmara e de Juntas de Freguesia, há muito tempo, o reivindicam poderem investir de outra forma se tivessem estes apoios. Não abdicamos, e já foi várias vezes reivindicado na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, de rapidamente, logo que ultrapássemos alguns constrangimentos e alguns trabalhos que temos em mão, avançar para a ARU de Atouguia da Baleia e, provavelmente, da Serra d'El-Rei, vamos avaliar e aí teremos outros tipo de oportunidade. As coisas não estão esquecidas e não é que não seja nosso desejo. Foi presente no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, esta

semana, e este ano temos que começar a obra de reforço do abastecimento de água através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que é serra mistura, que tem de ser feito, na Serra d'El-Rei, para abastecimento. O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra, d'El-Rei, Jorge Amador, esteve nesta casa como responsável durante doze anos e sabe que se aquela obra não for feita, provavelmente, corremos o risco de uma parte significativa do concelho, não só da cidade, poder ficar sem abastecimento de água, como sabemos que temos que fazer um investimento através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e queremos-lo fazer, estamos só à espera da oportunidade, até porque as coisas foram conversada, em Ferrel, com a construção do reservatório ou pelo menos colocar lá a capacidade de abastecimento de água que nós sabemos que é precisa, isso é inevitável. Como também sabemos que temos que continuar a fazer os investimentos mais pequenos ou maiores para resolver todos os stresses que existem, em termos de saneamento, que vão para as regueiras a céu aberto, como é aquele, que espero este ano, também através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, vai ser resolvido nos Bolhos, mas queremos mais, já resolvemos vários e não é esta equipa que está na Câmara Municipal, é o Município, são os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento que têm de fazer esse investimento. Já várias vezes foi reivindicado e eu também reivindico a listagem de todos os saneamentos a céu aberto que existem, alguns nós sabemos, alguns que possamos não conhecer, apelava aos senhores Presidente de Junta de Freguesia que nos fizessem chegar, porque nós queremos estudá-los, mesmo que não consigamos executado, resolvê-los todos, pelo menos, e isso estou completamente de acordo, porque falamos muitas vezes em reunião de Câmara, o diagnóstico, a listagem daquilo que são as necessidades temos que ter, para ter consciência, para quando formos optar, sabermos qual é aquela que será a primeira é a primeira, a segunda e nem deve ser o Presidente da Câmara a dizê-lo, nos Bolhos houve pressão fomos lá, na Bufarda pressionaram fomos lá, mas também a dos Casais Brancos, uma obra que não foi muito significativa, e o que podemos não aceitar tão bem é o porquê de não ter sido feita à mais tempo. As necessidades são muitas, agora se me falar das necessidades prioritárias e outras que são desejo nem irá mencionar. Acho que temos que apontar, primeiro para aquilo que é verdadeiramente necessário, que é prioridade, obviamente que não podemos esquecer a qualidade de vida, seja dos desportistas, seja das nossas crianças, ou outras, temos que o fazer de forma ponderada, e ninguém sabe, mais do que nunca, o que é o futuro, mas a pior coisa que faríamos, neste momento, é começarmos a encolher com a incerteza do que é que vem aí, não, nós temos de trabalhar muito e temos que criar condições que provoquem mesmo a confiança dos investidores na nossa terra, no nosso concelho. Eu não estou a pensar na nossa terra como cidade, há tempos apareceu-me uma proposta muito interessante para um lar com especificidades muito interessantes também para a Serra d'El-Rei, e eu indiquei para que falassem com o senhor Presidente da Junta de Freguesia, mas era muito interessante eles lá construírem, portanto, não há aqui bairrismos, há é a consciência de que existe mais dinheiro para as zonas urbanas, e se há vamos lá buscar, quando houver para os outros lados também iremos buscar, mas tem de ser de forma equilibrada e às vezes não o há, mas pelo menos temos de fazer esse esforço.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Eu pedi para intervir, por várias razões. Primeiro o senhor Presidente pode ter toda opinião que quiser e deve sobre a descentralização, mas não se esqueça do seguinte: A Câmara Municipal teve o seu tempo para dizer o que é queria e esse tempo terminou no dia 30 de setembro do ano passado, daí para cá, a Câmara Municipal não tem que discutir mais nada que não seja os valores e a sua fundamentação, ou seja, as Câmaras Municipais primeiro e as Assembleias Municipais no final é que decidem até onde é que permitiam ir esta contratualização, e esse prazo já acabou. As Freguesias de Peniche e de Atouguia da Baleia de forma legítima entenderam não

querer entrar já em 2019 e 2020 nestas competências, deixaram para 2021, e agora têm este prazo para negociar, mas as competências são aquelas que foram aprovadas aqui na Assembleia Municipal, que são todas. Eu percebo a dificuldade, é que agora é preciso passar aquilo para a prática e a prática é: os espaços verdes, é a limpeza dos arruamentos todos, etc..., mas os colegas das Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia deviam ter dito, “não nós não queremos isso tudo ou queremos tudo”, mas para isso também tiveram o prazo, até 30 de setembro do ano que passou, portanto, não é uma questão de advogar, é uma questão de respeitar aquilo que está inscrito na Lei n.º 50 e no Decreto-Lei n.º 57, que tanto foi falado na última sessão da Assembleia Municipal. Eu quando disse que estes investimentos eram importantes, eles são todos importantes, e quando chamei à atenção para o resto do concelho é mesmo por essa razão, é que, se o dinheiro que se aplica, e bem, nestes projetos for todo para eles, resta muito pouco para os outros e também temos que pensar um bocadinho nos outros. Quero-lhe dizer que, relativamente à obra que referiu, e sabe que que na sua qualidade de Presidente da Câmara e, naturalmente, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento já reuniu comigo e com a Junta de Freguesia duas vezes, a resposta que obteve foi de apoio para tudo, conscientes das dificuldades de execução daquela obra e que vão obrigar, e atenção a isto, eu serei tão solidário com a Câmara Municipal e com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, como a postura da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento for comigo, porque o senhor Presidente sabe que vamos ter ali momentos de constrangimento de tráfego que vão ser muito difíceis, até porque as ruas da Serra d’El-Rei, na zona velha, não alargam, portanto, vamos ter que encontrar soluções e eu estou disponível. O que eu quero dizer é que esta obra não é uma obra para a Serra d’El-Rei, é uma obra para todo o concelho. Já que o senhor Presidente referiu a questão dos dinheiros da União Europeia, vou dar-lhe uma sugestão, a Câmara Municipal faz parte do Programa “LÍDER”, como fazem todas as Câmaras Municipais, integram o “LÍDER” e há um representante da Associação de Municípios do Oeste no LÍDER, e eu acho inacreditável como é que a única freguesia, que por direito tem de estar a receber apoios do LÍDER, candidata-se e não tem apoio a nada, que é a Serra d’El-Rei, porquê, porque não há dinheiro, porque o dinheiro dos editais vai tudo só para isto, para aquilo, mas para as freguesias vai zero, portanto, esta é uma forma de ajudar, aliás, eu estou a dizer isto ao senhor Presidente da Câmara e ao Executivo, e já tive a oportunidade de o dizer ao senhor Ministro desta área, aliás, quero-lhe dizer que há um compromisso do Governo, relativamente ao protocolo entre o Estado Português e a União Europeia de, no próximo quadro comunitário, deixar de existir aquela coisa que lá está, que em Portugal existem trezentas e oito autarquias, não, em Portugal existem trezentas e oito autarquias, mais três mil e noventa e uma, e essa coisa que está no protocolo é que está na origem de não haver apoios para cada uma das Juntas de Freguesia ter acesso a Fundos Comunitários, que é uma coisa do outro mundo. Há Juntas de Freguesia deste país, ao lado de Câmaras Municipais de concelhos de vizinhos que têm as piscinas iguais a essas Câmaras Municipais e não têm apoio a Fundos Comunitários, e isto +e uma coisa do outro mundo. Quer dizer, o mesmo nome, a mesma designação, a mesma infraestrutura e porque é freguesia não tem apoio e a Câmara Municipal tem apoio de Fundos Comunitários. Espero que o Governo cumpra o compromisso que tem com a ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, que será bom para todos nós, e podermos ter acesso a esse tipo de Fundos Comunitários.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse:

«Boa noite a todos os que estão presentes e a quem nos ouve em casa. Queria fazer uma breve questão, o Museu da Freguesia da Serra d’El-Rei teve apoio comunitário? Os pedidos de empréstimo que a Câmara Municipal de Peniche fez até hoje, foram todos para obras e infraestruturas desta dimensão que estamos a falar hoje? Uma outra questão, dirigida ao senhor

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei. Não volta a repetir que a Freguesia de Peniche não aceitou a delegação de competências, porque não queria trabalhar, como disse na última reunião que a Freguesia de Peniche e de Atouguia da Baleia não aceitaram, porque não queriam trabalhar, portanto, não admito e não volta a repetir isso.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Colocou uma questão eu tenho que responder. Cada um de nós tem a legitimidade para optar e a legitimidade foi dada decorrente da Lei e a Lei disse que cada um que quisesse trabalhar, já em 2019, podia fazê-lo. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, quis trabalhar primeiro que eu, e bem, é legítimo, ele e os colegas dele. Começou a trabalhar em 2019, eu entendi, porque o prazo de negociação era apertado, que não o deveria fazer e propus à Câmara Municipal e foi aceite pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal que nós começássemos a trabalhar, na transferência de competências, a partir deste ano, porquê, porque a partir do ano que vem decorre da Lei e nós achávamos que devíamos ter um ano de transição e fizemo-lo, sem qualquer problema. As outras freguesias não, mas, senhora Presidente da Junta, diga-me uma coisa, cada um faz as opções que entende, agora tem é que responder por elas, a Junta de Freguesia tomou a opção que quis tem que responder por ela. Sobre a questão do Museu da Serra d'El-Rei, é o Museu da Serra d'El-Rei, tem a mesma legitimidade para tal construído que tem o de Atouguia da Baleia e, entre outros, o Museu da Renda de Bilros. É como a obra do San Pedro de Alcântara, é igual, tem a mesma legitimidade.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes:

Disse:

«Todos estavam no pleno direito, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, aceitou para 2019, a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei aceitou para 2020 e a Junta de Freguesia de Peniche e de Atouguia da Baleia para 2021. O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, tem todo o direito de falar aquilo que quiser, da Serra d'El-Rei para dentro, agora na Freguesia de Peniche não tem o direito de dizer que nós não aceitámos, porque não queríamos trabalhar. Eu concordo e tem todo o direito, lembro-me dos emails e das horas que levou a responder, agora, não admito, em nome do povo da Freguesia de Peniche que nós não queríamos trabalhar e não aceitámos a delegação de competências naquela altura, porque isso está à vista de todos, é falso.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse:

«Estive a pensar se devia colocar estas questões, porque depois isto sai na rádio, há aqueles "sketches" e parece que basta chegar à Câmara, apresentar as propostas e as sugestões e a Câmara vai fazer tudo. Pelo que se ouve, apresentem sugestões, apresentem propostas, parece que é só nós apresentarmos e a coisa faz-se. Não sei se o senhor Presidente se lembra da proposta que nós fizemos, nas Grandes Opções do Plano, em 2017, no início do mandato. Vou relembrar-lhe algumas coisas: Avenida do Mar, Quinta das Palmeiras, em frente ao "Surfer Lodge", estivemos lá o ano passado com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e com a equipa técnica da Câmara, aquilo está minado de ratos e não há uma saída para aquilo, ciclovia de Ferrel para o Pinhal, relvado sintético, também propusemos, o primeiro contrato de obra que metemos em janeiro de 2018, para o centro de Ferrel, que foi respondido em reuniu a dizer que vocês não conseguem fazer aquilo quem faz aquilo é a Câmara, a única coisa que ouvi o senhor Presidente falar hoje, em termos de projetos, foi o reservatório, mais nada. Ilha do Baleal esteve aqui a Comissão de Festas

de Santo Estêvão, predispuseram-se a colaborar financeiramente com a obra e o Baleal neste momento, não sei se lá vão, mas aquilo é uma batata quente, se é preciso entrar um camião bombeiros, morre lá toda a gente. Há uns anos foi preciso entrar lá uma ambulância e teve que parar no início da Ilha, os seus tripulantes tiveram que ir a correr para ir buscar o ferido à praia dos barcos. Pinhal Municipal, começou-se a fazer algum trabalho, é verdade, não é de modo algum suficiente, e eu tenho vindo a avisar, porque a coisa pode agravar, agora, eu só espero é que esta empreitada para a reabilitação das muralhas, não seja para subir as muralhas, porque se assim já não olham para fora do concelho, se elas subirem, aí é que estamos mal.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Desculpem, mas nós estamos a sair da ordem de trabalhos, não há período de antes da ordem do dia e eu agradecia para acabarmos estes pontos, temos o público à espera, que era o primeiro a intervir, e por questões técnicas não fez a sua intervenção. Começámos a discutir os pontos da ordem do dia para aprovação, e o senhor Presidente da Câmara é um pouco culpado, porque fala nas obras todas, depois o senhor Presidente da Junta da Serra d'El-Rei, que está mais alta, mas ainda não é a capital do concelho, e estas coisas começa a andar desalinhas.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse:

«Boa noite a todos. Eu só queria dizer, muito rapidamente, haja respeito, eu não tenho vergonha de ser Presidente de Junta ao pé de qualquer colega que aqui esteja. Acho que bom senso e respeito é aquilo que se pede e é aquilo que se exige nesta casa. Portanto, senhores Presidentes de Junta, mormente o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, respeite quem o respeita, aqui não há craques nem meios craques, há Presidentes de Junta, e eu tenho um passado que me orgulho muito dele.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Em primeiro lugar, fiz várias intervenções, nunca me dirigi nem critiquei nada, nem o senhor Presidente de Junta, nem a sua freguesia, portanto, esta intervenção fica para a história.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse:

«Desculpe senhor Presidente da Assembleia Municipal, é só para dizer que não há mais trabalhadores nem menos trabalhadores, o senhor não é mais trabalhador numa Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, do que eu sou em Atouguia da Baleia e, seguramente, eu tenho que me dedicar mais do que o senhor, porque a freguesia é maior.»

Deliberação n.º 23/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4), autorizar a contratação de empréstimo para “Reabilitação das Muralhas de Peniche”, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 252/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo:

680.000,00 €; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.

Os documentos que serviram de suporte à presente deliberação, nomeadamente as propostas apresentadas por três instituições autorizadas por lei a conceder crédito e o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, conforme previsto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, dão-se aqui por reproduzidos e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA “PASSADIÇOS PARA AS PRAIAS DA BAÍA NORTE DE PENICHE - COVA DE ALFARROBA, BAÍA E BALEAL CAMPISMO”:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 24/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4), autorizar a contratação de empréstimo para “Passadiços para as praias da Baía Norte de Peniche – Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo”, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 251/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 270.000,00 €; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.

Os documentos que serviram de suporte à presente deliberação, nomeadamente as propostas apresentadas por quatro instituições autorizadas por lei a conceder crédito e o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, conforme previsto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, dão-se aqui por reproduzidos e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas.

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA “ESTABILIZAÇÃO DA ARRIBA DO PORTINHO DA AREIA SUL”:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 25/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4), autorizar a contratação de empréstimo para “Estabilização da arriba do Portinho da Areia Sul”, com

a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 250/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 105.000,00 €; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.

Os documentos que serviram de suporte à presente deliberação, nomeadamente as propostas apresentadas por quatro instituições autorizadas por lei a conceder crédito e o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, conforme previsto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, dão-se aqui por reproduzidos e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas.

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA A “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA CENTRAL ELÉTRICA PARA CENTRO CÍVICO E INTERGERACIONAL DE PENICHE”:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 26/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4), autorizar a contratação de empréstimo para “Reabilitação do edifício da antiga central elétrica para Centro Cívico e Intergeracional de Peniche”, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 247/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 1.755.000,00 €; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.

Os documentos que serviram de suporte à presente deliberação, nomeadamente as propostas apresentadas por quatro instituições autorizadas por lei a conceder crédito e o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, conforme previsto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, dão-se aqui por reproduzidos e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA A “2.ª FASE DE REQUALIFICAÇÃO DO FOSSO DAS MURALHAS DE PENICHE E ZONA ENVOLVENTE”:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 27/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros

eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4), autorizar a contratação de empréstimo para “2.ª fase de requalificação do Fosso das Muralhas de Peniche e zona envolvente”, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 249/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 305.000,00 €; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.

Os documentos que serviram de suporte à presente deliberação, nomeadamente as propostas apresentadas por quatro instituições autorizadas por lei a conceder crédito e o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, conforme previsto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, dão-se aqui por reproduzidos e arquivam-se cópia em pasta anexa ao livro de atas.

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DE UM TITULAR PARA O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE ENERGIA E AMBIENTE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino: (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Eu queria só informar que a senhor Deputada Sofia Barradas, não participa nesta votação.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Eu percebi o seu email sobre a questão da votação secreta, mas eu tenho muitas dúvidas que a solução proposta seja minimamente equilibrada, ou está presente ou não está presente, porque eu tenho aqui um envelope e a partir do momento que o entregue, o senhor vai abrir e vai saber qual é o resultado do voto. Portanto, aqui é assim, ou se retira e se coloca dentro de uma caixa, de uma urna, porque a questão do voto tem que ser mesmo secreta.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Eu não referi algumas coisas às pessoas, porque parto do princípio que o líder de cada bancada recebeu um envelope com o voto em branco com o nome da pessoa por fora noutro envelope, para depois chegarmos aqui, colocarmos todos os envelopes fechados dentro da urna, e depois nós abrimos aqui esse envelope sem saber de quem são. O nosso regimento, nem sequer prevê isso,

Quando o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, há pouco, fez a observação em relação a setembro, eu ia dizer que nós ainda fizemos esta sessão com base na legislação da Covid, mas em setembro nós temos que resolver a situação de outra forma, como é óbvio, porque senão isto é muito mais cómodo, desculpem-me o termo, para quem está em

videoconferência do que para nós, porque esta sala tem condições, na minha opinião, para ter os vinte e cinco elementos da Assembleia Municipal, porque este espaço que está aqui no meio, dá para colocar o dobro destas pessoas. As pessoas é que preferiram este tipo de situação, porque nós andámos a medir o espaço e a única coisa que eu coloquei ao senhor Presidente da Câmara foi em relação ao público, que podiam estar aqui, mas só com inscrição.

O que vai acontecer é que a urna vai passar pelas mesas e os senhores Deputados vão colocar os envelopes dentro e a mesa abre todos os votos. Em cima das mesas está o papel para a votação.

Falta um voto do Partido Socialista, do Partido Social Democrata um elemento não vota, totalizando vinte e três votos.»

Deliberação n.º 28/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por escrutínio secreto, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por maioria, com quinze (15) votos a favor, zero (0) votos contra e oito (8) votos em branco, designar que o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da Divisão de Energia e Ambiente, tenha a seguinte composição:

Presidente: Eng.º Jorge Alberto Gil Saraiva, Investigador Coordenador do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil (aposentado), Membro Conselheiro e Especialista em Energia pela Ordem dos Engenheiros.

Vogais efetivos: Eng.º António José de Magalhães Cardoso, CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Ex-Diretor Municipal do Município de Coimbra e Dr. Jorge Aleixo Ramos, jurista, Diretor de Departamento Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal de Loulé.

Vogais suplentes: Professora Doutora Dulce Lopes, Jurista, Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Dra. Fernanda Maria da Costa Quinta, Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, avaliações ambientais e estratégicas – Aveiro.

A senhora Deputada Sofia Cecílio Barradas (PSD) e um elemento do Partido Socialista não participaram na votação deste ponto.

Por ter saído da sessão, o senhor Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS) não participou na apreciação dos pontos da ordem do dia que se seguem.

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA PARA EXPLORAÇÃO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (G) PREVISTA NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO CONDICIONADO E DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NO CONCELHO DE PENICHE, SITA NA CONSOLAÇÃO - PELOURO DAS FREGUESIAS:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino: (GCEPP):
Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Eu espero que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, hoje, tenha coragem de votar ao meu lado. Aquilo que está em causa hoje, mais uma vez, é a Assembleia Municipal ser ultrapassada por uma decisão, que compete à Assembleia decidir. Eu, o ano passado, quando foi a questão de Ferrel, chamei à atenção para esta situação, foram feitas cobranças de estacionamento sem a Assembleia Municipal ter aprovado. Este ano, na última Assembleia, chamei à atenção para o mesmo facto, relativamente às cobranças no interior da ilha do Baleal, hoje é a terceira, em que estamos perante uma situação em que foi tomada uma decisão, há cobranças feitas e a Assembleia Municipal foi ultrapassada. Eu quero dizer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que o grupo da Coligação Democrática Unitária decidiu votar contra esta proposta, não é que a proposta, como foi dito há pouco pelo senhor Presidente da Câmara, no essencial não mereça o nosso acordo, é a questão do princípio, e quem pode autorizar esta situação é a Assembleia Municipal, que tinha que votar esta autorização e não o fez, mas não foi por culpa da Assembleia, o processo não foi enviado para a Assembleia Municipal e não é porque nós não tivéssemos já tido em consideração outras situações. Eu recordo o senhor Presidente da Assembleia, os membros da Assembleia e os membros da Câmara que o ano passado, a propósito da atribuição de vários galardões honoríficos, da parte da Câmara Municipal, eu próprio chamei à atenção para uma situação que estava a ser feita sem a Assembleia votar e o senhor Presidente apelou ao bom senso e eu cedi, sabe que é verdade, está escrito. Perante esta situação, nós não temos outra alternativa que é votar contra, porquê, porque o dinheiro que foi cobrado foi cobrado ilegalmente e peço ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para nos passar, depois desta reunião, e porque estas atas são sempre aprovadas, como sabe, em minuta, que nos passe uma certidão deste ponto.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Eu fico surpreso, primeiro, porque o ano passado, em relação à situação do Município, foi uma coisa totalmente diferente, na minha opinião. Agora, fico um bocado surpreso quando o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador diz, que já está a ser cobrado, no Parque, uma coisa que nem sequer foi aprovada, portanto, isto a mim preocupa-me imenso e não sei muito bem como responder, porque é uma ilegalidade, efetivamente, nem sei se haverá uma alternativa para resolver este tipo de situação. Aliás, eu tive algum cuidado a ler estes documentos todos, não sabia se estava a ser cobrado ou não, e acho que a legislação que aqui está, que foi publicada em Diário da República, não era bem esta, porque há um documento posterior que foi feita a retificação e, provavelmente, foi policópia indevidamente ou incorretamente, não é este Diário da República que deveria estar aqui. Agora, em relação a esta situação, nem sei se o senhor Presidente da Câmara tem conhecimento. Quem pode responder a esta situação é o senhor Presidente da Junta de Freguesia que vai ter usufruto das receitas do Parque de Estacionamento, e isto coloca-me a mim e esta Assembleia, alguns constrangimentos.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Senhor Presidente, eu espero que coloque os mesmos constrangimentos que colocou, em relação à questão de Ferrel, no ano passado, que só votámos em setembro, quando todo o verão foi cobrado e eu, na altura, disse e volto a dizer que idealmente estas questões não devem acontecer, ou seja, idealmente isto deve ser feito com tempo e a decisão deve ser tomada, rapidamente, por todos os órgãos para permitir que não surjam situações em que a Assembleia é levada a votar uma coisa que já está em funcionamento. Isso não deveria acontecer, não deveria acontecer com

nenhuma Junta de Freguesia nem com a atribuição das medalhas do município, e eu disse-o aqui também em relação a este assunto. Os constrangimentos que há em relação a este assunto, também devia haver em relação aos outros, portanto, não o vi, no ano passado, a referir isso com tanta veemência como está agora a referir, em relação a Ferrel.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Eu tive o cuidado, em tempo oportuno, em relação às medalhas, de vos enviar, um email e os senhores Deputados concordaram.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Eu estou apenas a dizer que quando votámos aqui a questão das medalhas, que eu disse que eram merecidíssimas e que ainda bem que tinham sido dadas, mas foi pena, de facto, não ter sido feito com o cumprimento de todas as regras e, em relação a Ferrel, disse exactamente a mesma coisa, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, tem boa memória e lembrar-se-á disso com certeza e, portanto, em relação a esta situação, eu tenho a dizer a mesma coisa, ou seja, é pena que não tenha sido trazida à última Assembleia, que aí não tinha havido dia nenhum sem que a cobrança fosse inteiramente legitimada. Dito isto, eu acho que mais importante do que isso, é saudar a intervenção que a Junta de Freguesia fez para retirar as caravanas daquele local, porque a criação de um parque para onde as caravanas possam ir, de facto, resolveu um problema de muitos anos, e essa é que é a questão a saudar, porque durante muitos anos, o senhor Vice-Presidente da Câmara, de então, podia ter feito alguma coisa, não fez nada e, portanto, ainda bem que agora a Junta de Freguesia, com uma ação simples, conseguiu resolver um problema que se arrastava há demasiado tempo. Eu, em relação a este assunto, com o lamento de que isto não tenha sido trazido à última Assembleia, naturalmente, a questão merecerá o voto favorável do Partido Social Democrata e com o apelo, uma vez mais, de que as situações de ratificação, que também têm um histórico no mandato da Coligação Democrática Unitária, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal possam deixar de acontecer.»

Mariana Rocha (CDU):

Disse:

«Boa noite a todos. A minha questão também é de preocupação. Primeiro, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, já falou, e acho que isto é demasiadamente sério, a forma como foi tratada. Há pouco o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, se exaltou contra o meu colega, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, a forma como este tinha falta de respeito pelos Presidentes de Junta. Eu sinto muita, mas mesmo muita falta de respeito, pelo cargo que me foi concedido pelo eleitorado para estar aqui nesta Assembleia, quando o senhor Presidente de Junta de Freguesia na Assembleia anterior, há cerca de um mês, quando se aprovada o regulamento para o Parque de Estacionamento de Ferrel colocou isto como uma proposta, numa das intervenções dele e está escrito e gravado, a possibilidade de vir a colocar um Parque de Estacionamento também pago na Consolação e, por surpresa minha, tomei conhecimento que dias depois a Câmara e a Junta de Freguesia andavam lá a fazer obras, a pintar, a fazer requalificações no Parque de Estacionamento. Eu fui surpreendida, ainda não sabia que isto vinha para aprovação, porque ainda não tinha recebido a convocatória, quando vou para ir àquela zona, o Parque de Estacionamento a pagar, por acaso, eu tive o cuidado de não aparcar, porque essa é uma responsabilidade minha, raramente estaciono ali naquele parque, tendo em conta a natureza, evitar de estacionar junto ao

mar, acho que tínhamos todos a ganhar, evitar o estacionamento junto ao mar, agora criar um estacionamento junto ao mar para uma receita, a título de benefício dos utilizadores daquela região, não me parece que seja a forma exata de resolver o não estacionamento naquele local.

A população da freguesia foi ouvida, na questão de aquele estacionamento vir a ser pago. Presumo que não, até porque em contacto com algumas pessoas me manifestaram ser contra o estacionamento pago naquela localidade. Assim como também já me chegou aos ouvidos, agora vai a Consolação, mas São Bernardino está na calha. Eu pergunto à Junta de Freguesia e à Câmara qual é a alternativa que dão aos utilizadores que querem ir nas suas férias, passar umas horas na praia, qual é a alternativa de estacionamento. Criou-se, e muito bem, uma alternativa, e já aqui foi valorizada, saudada, para o caravanismo, não se encontrou outras situações, porque alguém não quis, porque elas existiam, mas eu pergunto, para a população que quer frequentar aquelas praias, se há alternativas de estacionamento ou se corremos o risco de inundar as ruínas todas daquelas localidades com carros mal estacionados como eu já vi, em cima dos passeios, e depois faz falta a Guarda Nacional Republicana na freguesia para passar multas, não é para a segurança dos munícipes.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«A senhora Deputada Mariana Rocha, ou faltou a uma Assembleia Municipal, no mandato anterior, ou então estava muito distraída, porque o regulamento que prevê o estacionamento pago naquela zona foi aprovado, provavelmente, por ela também aqui nesta assembleia, foi discutido numa comissão, em que a Coligação Democrática Unitária estava representada e foi aprovado nesta Assembleia, portanto, foi a senhora Deputada que decidiu ou alguém que a substituiu, se não esteve nesse dia, mas foi a Coligação Democrática Unitária quem liderou o processo, que pôs aquela zona como zona de estacionamento pago, portanto, não venha agora ofendida dizer que alguém se lembrou de fazer isso, não formos nós aqui na Assembleia, incluindo a senhora, que votou a favor, portanto, agora quando passa a ser pago e que não lhe convém não pode dizer que agora não devia ser pago. Temos que ver aqui o que é a lógica do estacionamento pago e a lógica é que os melhores lugares possam ter rotatividade e, portanto, se as pessoas querem ficar com os melhores lugares podem pagar alguma coisa e quem não quer pode procurar um lugar mais distante, isso acontece no país inteiro, sítios onde se paga dez euros às três horas, e aqui é um valor reduzido. A lógica do estacionamento pago, com a qual eu concordo, foi decidida numa comissão em que havia um membro que disse, de facto, textualmente, e não foi da Coligação Democrática Unitária, eu aqui não concordo com o estacionamento pago, porque é aqui que eu vou à praia, e eu acho que isso é um argumento que não pode ser tido, portanto, eu espero que ninguém venha com esse argumento aqui. A lógica de, no Baleal é pago, na Consolação é pago, sim foi discutida e foi discutido, também por mim, que em Peniche de Cima também devia ser e não foi, mas eu acho que devia ser, porque era uma questão de justiça para todos. Eu acho que havendo uma lógica e a lógica existe, deve ser idêntica para todos, acho incrível que lhe incomode o facto de haver uma receita para a Junta de Freguesia, porque em relação a Ferrel não incomodou, em relação à de Atouguia da Baleia incomoda, acho incrível que lhe incomoda esse facto, quando o senhor Presidente de Junta já disse aqui que as receitas são para investir na Consolação, não percebo qual é que é o seu problema, a senhora, se calhar, gostava que ficasse tudo igual com as caravanas lá como esteve durante tantos anos e a Coligação Democrática Unitária com os olhos fechados, eu acho que não, acho que assim está melhor.»

Mariana Rocha (CDU):

Disse:

«Incomoda-me sim, sabe porquê senhor Deputado Ademar Marques, quando se chega a uma situação de fazer obras naquela localidade a troco de um estacionamento, preocupa as localidades que não têm estacionamento pago, com que verba é que se fazem as obras, as obras têm que ser feitas com receita da freguesia, constam da freguesia, e não a troco de receita que se vá buscar. Fico preocupada com essa situação, sim. Se aprovámos o regulamento de estacionamento, eu não concordo e não foi respeitado o papel desta Assembleia, e é aqui que nos temos que debruçar, porque o meu colega, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e não é se está ou não contra, alertou o ano passado, alertou à menos de trinta dias, e vai-se cair no erro, se fosse a Coligação Democrática Unitária tinha a casa desarrumada, e agora, quem é que não arrumou a casa que falta arrumar, se calhar temos que contratar empregados de limpeza.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Senhora Deputada Mariana Rocha, eu não estava a intimidá-la, sabe que estas coisas acontecem aqui, isto para lhe dizer que a discussão política tem destas coisas, se a senhora não gosta, paciência, mas não dê a volta à questão, porque isso também é uma coisa própria da discussão política. Eu já disse que também preferia que a Assembleia não fosse ultrapassada e lamento que não tenha sido trazido, pelo senhor Presidente da Câmara, este assunto à última Assembleia, quando o assunto já tinha dado entrada na Câmara há tempo suficiente para ser trazida à Assembleia passadas. Dito isto, a questão de fundo é que eu não acho razoável que a senhora Deputada venha dizer que não concorda com o estacionamento pago, quando foi a senhora Deputada que votou aqui, por iniciativa da Coligação Democrática Unitária, um regulamento que prevê estacionamento pago naquela zona, é isso que não faz sentido, é entrar em contradição quando convém.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Eu ouvi aqui uma coisa que eu fiquei branco, o senhor Deputado Ademar Marques disse "eu também preferia", não, o senhor não tem que preferir nada, o senhor tem é que exigir que o papel e a competência da Assembleia Municipal seja executada, é tão simples como isso. A Assembleia Municipal tem competências próprias, não somos nós que as decidimos, nós temos que as cumprir. Se a Assembleia tem esta competência de aprovar, não é porque nos apeteça é porque decorre da Lei, é mesmo assim, portanto, não pode ser colocado aos outros grupos esta questão, até porque eu insisto, eu relativamente à questão dos estacionamentos, coloquei a questão o ano passado, coloquei-a este ano, em junho, e a questão volta a ser colocada, pela terceira vez em julho, trinta dias, e não há nenhuma razão para isto acontecer, acabámos de ver que aprovámos seis propostas da Câmara por unanimidade, também aqui existiria, se não havia unanimidade, pelo menos maioria, e nós votaríamos a favor desta proposta, agora ela tem de vir à Assembleia Municipal. A legalidade, relativamente a esta matéria, não é daqui para a frente, também daqui para a frente, e é isto que está em causa, ninguém tem que ficar chateado. Eu gostava de responder ao senhor Deputado Ademar Marques que, se calhar, não tem a informação toda que vai recebendo por mensagem, porque relativamente à questão do Parque de Caravanas da Consolação, foi apresentada uma proposta que foi oito vezes a sessão de Câmara e que, por proposta dos membros que fazem parte da Vereação do Partido Social Democrata, da Junta de Freguesia, passou de sessenta mil para cento e cinquenta mil euros de custo, e foi por isso que não foi feito, para resolver esse problema, está lá, consultem os papéis e se não tiverem eu tenho, e vão ver as propostas todas, houve reuniões com a Junta de Freguesia, com a Associação do Casal Moinho, com todos os

Vereadores que quiseram participar nessas reuniões, aliás, vejam o último orçamento antes das eleições da Câmara se não está lá esse valor, eu tive o cuidado de ir ver.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«É só para perguntar ao senhor antigo Vice-Presidente da Câmara, quantas vezes levou à Câmara Municipal propostas para ratificar que eram competências próprias da Câmara Municipal e que o senhor se antecipou e tomou a decisão antes de a Câmara se pronunciar, quantas vezes. Não diga que foi nenhuma, porque temos membros da Câmara a ouvir que podem desmentir.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Senhor Deputado, o senhor está a confundir duas coisas, está a confundir o meu papel como membro da Câmara Municipal e o órgão Câmara Municipal, o que está aqui em causa não é isso, o que está aqui em causa é que compete à Câmara fazer os acordos que entende com a Junta de Freguesia, aprova na reunião de Câmara e remete para a Assembleia Municipal, que é outro órgão, não tem nada a ver, e esse órgão Assembleia Municipal aprova, se aprova está em vigor, é isso que está em causa.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Eu não sabia, nem de Ferrel, nem de Atouguia da Baleia se estavam a ser cobrados ou não. Ontem, colocaram-me a questão de que no Baleal, no lado direito, estavam a cobrar e que até tinha parçómetros, e eu disse que não sabia de nada.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse:

«Eu lamento muito que nesta questão, seja possível uma discussão desta. A Junta de Freguesia, na altura, fez proposta à Câmara, e como tem sido habitual, fez o procedimento idêntico aquele que fez a Junta de Freguesia de Ferrel. Há tantas ilegalidades, e eu podia citar aqui algumas, mas vou-me abstrair disso. De facto, lamento muito que um assunto que, para mim, pode até nem ser rigorosamente correto, por defeito, e se eu soubesse disso, porventura, até teria prescindido, se tivesse a noção desta dificuldade, se calhar, teria aguardado mais um tempo. De qualquer forma, relativamente à senhora Deputada Mariana Rocha, eu queria dizer que a Junta de Freguesia anda a trabalhar e a investir na Ribafria verbas que são da Junta de Freguesia e não está a fazer intenção de colocar nenhum parquímetro na Ribafria, fique descansada, e não deixa de lá estar a trabalhar e a fazer mais valia na Ribafria. Neste preciso momento, nesta altura do campeonato, andamos precisamente a trabalhar na Ribafria, que tem a dignidade que merece o respeito igual aos outros. Relativamente a esta questão, o assunto tem sido pacífico, a população da Consolação recebeu este trabalho de braços abertos, porque também estava saturada com a questão das autocaravanas, temos recebido elogios, no sentido em que finalmente conseguimos resolver um problema que era recorrente na Consolação. A Consolação, em termos de estacionamento, até nem é negócio, porque felizmente há muito por onde as pessoas escolherem, em termos de estacionamento, mesmo ali ao lado, ordenou-se aquele espaço e todas as pessoas têm recebido de braços abertos aquele trabalho, portanto, não vejo, para além da questão do legalismo, que tem que existir, mas que penso que à luz daquilo que tem vindo a acontecer, não seria com tanto rigor, mas pronto. O que eu queria

dizer é isto, a obra tem sido bem recebida, finalmente na Consolação está-se a fazer alguma coisa, é óbvio que há aqui um exagero nesta leitura, é evidente, mas o que eu pressinto nas pessoas é satisfação pelo trabalho e relativamente às autocaravanas, o senhor Presidente da Associação de Autocaravanismo nos enviou um ofício a agradecer e a valorizar o trabalho que a Câmara e a Junta de Freguesia fizeram, portanto, não é um trabalho da Junta de Freguesia, é um trabalho da conjunto da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, porque a Câmara deu-nos uma grande contributo naquela trabalho. Acho que não vale a pena estarmos aqui a perder mais tempo com isto, cada um faça aquilo que tem na sua consciência.»

Mariana Rocha (CDU):

Disse:

«Eu tenho conhecimento da obra que a Junta de Freguesia anda a realizar em Ribafria. Lembro o senhor Presidente da Junta de Freguesia que em frente à minha casa há uma obra de grande necessidade que é o restauro daquela rotunda que, diariamente, as pedras se encontram na rotunda em perigo de circulação de todos os munícipes que ali passam e acho que ali a Junta de Freguesia também deve ter um pouco de atenção com aquela obra.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse:

«Relativamente à rotunda, concordo plenamente com aquilo que a senhora Deputada está a dizer, eu pessoalmente estou perfeitamente de acordo, mas também já disse que naquela rotunda a Junta de Freguesia não mexe, porque aquilo foi um erro dos técnicos da Câmara. Enquanto aquela rotunda estiver no formato que tem é andarmos sempre a trabalhar e a estragar, os carros passam e estragam aquilo tudo. Já disse na Câmara, já informei algumas pessoas responsáveis na Câmara que a Junta de freguesia não vai mexer ali, porque eu acho que aquela rotunda tem que ser reconstruída e não é a Junta da Freguesia que o vai fazer, porque não tem capacidade nem o conhecimento técnico para o fazer.»

Mariana Rocha (CDU):

Disse:

«Eu lamento esta intervenção, se por teimosia, porque alguém fez mal, não se recupera, é a segurança dos munícipes que está em causa e é isso que me preocupa, não vamos de teimosias, fez-se mal, à a necessidade de recuperação, que se recupere.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Para clarificar, eu sou defensor do estacionamento nas zonas que são nobres, que são privilegiadas, ainda por cima, no caso da Consolação, é como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, diz, há mesmo alternativas ali próximo, logo ali ao lado. Nós devemos é preocuparmo-nos e preocupamos, e espero que no ano que vem possamos enriquecer mais a Consolação e dotá-la de melhores equipamentos, como todas as outras freguesias que conseguirmos. Devemos ter uma atenção especial junto das praias, porque, em termos estratégicos, para além da qualidade de vida de cada um, as praias têm que ser mesmo uma vantagem e requalificadas, e para isso é preciso investimento, é preciso mais dinheiro. Eu hoje estou a ficar muitas vezes em acordo com o senhor Deputado Ademar Marques, eu também concordo que na Gamboa, nas zonas mais privilegiadas, alguns espaços sejam pagos, porquê, para já por causa dos momentos que é preciso socorrer e que, às vezes, mesmo com os melhoramentos que lá fizemos, é quase impensável passar e devem sim ser reservados alguns espaços para pessoas com mobilidade

reduzida. Há uma Câmara, que já tenho referido aqui, que uma grande parte muito significativa do seu estacionamento é a pagar, e falo de uma das maiores cidades do Oeste, Torres Vedras, obviamente, que depois tem situações regulamentares que permitem outras coisas. Em relação à situação, eu não estou a ver o processo, quando é que entrou, se na Assembleia Municipal passada estava a jeito, para mim, o principal é que nós temos, de uma vez por todas, se quisermos perceber, que ou a Câmara e as Freguesias conseguem mais receitas, e eu acho que o exemplo de Ferrel, no ano passado, e este exemplo de Atouguia da Baleia, devem ser replicadas onde têm que ser replicadas. Há situações e situações, devemos criar melhores espaços, acho que demos um passo importante, em que a grande iniciativa e o grande mérito e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, que tem a ver com o parque de autocaravanas, e o desafio é fazer mais e melhor e, provavelmente, até criar condições para os privados o fazerem, não tenho nada contra isso. Eu não quero referir situações, mas há outras ilegalidades que, provavelmente, deveriam vir à Assembleia Municipal e também não vieram, são aquelas coisas de funcionamento, pequenas receitas, e que nós sabemos que existem. Fazer aqui, numa situação destas, que é recente, que foi feita com a melhores das intenções, porém em causa de que há uma falta de respeito pela Assembleia, ninguém está a desrespeitar ninguém, foi um procedimento político, administrativo se quiserem, que devia ter corrido melhor, e que eu assumo a responsabilidade da parte da Câmara por não ter colocado o processo há mais tempo na Assembleia Municipal, e peço desculpa por isso.»

Deliberação n.º 29/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte (20) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4), e quatro (4) votos contra, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar a proposta de protocolo em anexo, que tem por objeto ceder a exploração, à Freguesia de Atouguia da Baleia, da Zona de estacionamento de duração limitada (G), prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no concelho de Peniche, sita na Consolação.

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE, O FUNDO AMBIENTAL E O INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. PARA COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE AGOSTO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Disse:

«Boa noite a todos os presentes e a quem também nos acompanha em casa. Vou fazer aqui um pequeno enquadramento, se calhar explicar, também, o que é o modelo de cogestão. No passado dia 06 de julho, foram ambos os temas à Câmara, portanto, este protocolo e a proposta de concretização do modelo de cogestão. O modelo de cogestão é uma situação que tem que ser

implementado até dia 01 de janeiro de 2021, e tem como objetivo imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer, no quadro das suas competências atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada em cada área. Existem aqui dois órgãos de funcionamento do modelo de cogestão, a Comissão da Cogestão, que acaba por ser o órgão administrativo e de gestão ativa da área protegida e o Conselho Estratégico, que hoje já existe, que mantém a sua natureza consultiva. O que foi proposto pela Câmara Municipal e submetido junto do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP, como proposta de modelo de cogestão do território, que foi com base no Decreto-Lei n.º 116/2019, foi o seguinte: O Presidente da Câmara Municipal de Peniche, que preside à Comissão de Cogestão, um representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP, a indicar através do Diretor Regional territorialmente responsável pela respetiva área protegida, o Politécnico de Leiria, através da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, enquanto representante das instituições de ensino superior relevantes para o desenvolvimento sustentável do território abrangido pela respetiva área protegida. Depois temos um representante de organizações não governamentais de ambiente equiparadas, com inscrição ativa no registo nacional previsto na Lei n.º 35/98, 18 de julho, na sua atual redação, relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pela área protegida sendo essa nomeação realizada pela respetiva Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. O nosso gosto é que a Confederação pudesse nomear aqui a SPEA, que tem colaborado ativamente, mas poderá nomear outra associação qualquer e por último, propomos enquanto entidade relevante aqui para o desenvolvimento sustentável do território, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar, vulgo Smartocean, pela sua importância no território e que se espera que seja promotora e dinamizador dos projetos inovadores na área classificada de reserva da Biosfera da UNESCO. Posto isto, o Decreto-Lei prevê que haja uma estrutura de apoio à Comissão de Cogestão, portanto, no exercício das suas funções, a Comissão de Cogestão é coadjuvada por uma estrutura de apoio, constituída por técnicos designados especificamente para este efeito e a tempo integral. Quanto ao protocolo que temos aqui para aprovar, temos um financiamento que pode ir até cem mil euros, repartidos entre 2020, 2021, 2022 e 2023. Pode ir até 10% no primeiro ano, 30% no segundo, mais 30% em 2022 e o restante em 2023. Destacaria o anexo III, onde temos os objetivos. Como objetivo geral este protocolo pretende criar o tal apoio técnico e operacional dedicado e em exclusividade à implementação das atividades consideradas prioritárias, no âmbito da promoção da cogestão das áreas protegidas e depois temos uma série de objetivos específicos que são divididos em duas fases. Uma fase de arranque do modelo da cogestão e uma segunda fase de consolidação, depois estes vários objetivos têm uma série de atividades a desenvolver e resultados pretendidos. Destacar aqui, se calhar, os objetivos específicos mais gerais, portanto, dentro da primeira fase, pretende-se a dinamização do modelo de cogestão da área protegida, o envolvimento dos principais atores locais na cogestão, a promoção da gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão, a comunicação sobre o capital natural existente na área protegida e a elaboração e aprovação do plano de cogestão e o respetivo financiamento. Na segunda fase temos mais cinco objetivos específicos, o acompanhamento do modelo de cogestão da área protegida, a gestão e a dinamização de parcerias, a promoção e gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão, a comunicação sobre o capital natural existente na área protegida e, por último, a execução do plano de cogestão.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Primeiro agradecer ao senhor Vereador Mark Ministro a forma como expôs e nos deu estas informações. Eu, no essencial, queria dizer que nós vamos votar, obviamente, a favor, não há

nenhuma razão para votar noutro sentido. Queria agradecer a apresentação, mas houve uma coisa que me chamou à atenção, quando falou relativamente ao financiamento, os cem mil euros que referiu, isto é pago pelo Município ou pago por todas as entidades.»

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Disse:

«O Município recebe do Orçamento de Estado este valor.»

Maria João Avelar (PSD):

Disse:

«Boa noite a todos, cumprimentos todos os que estão na sala e os que nos acompanham, tal como eu, em videoconferência. Sobre este protocolo, agradeço, também, a exposição feita pelo senhor Vereador Mark Ministro. No essencial, correu as linhas do protocolo, mas eu mantenho aqui uma dúvida e eu acho que era interessante poderem trazerem-nos mais alguns elementos, antes da aprovação do protocolo, porque, pelo que pude ver, há uma ligação entre várias coisas, há uma transferência de competências para a Câmara Municipal, que envolve, também, um modelo de gestão novo das áreas protegidas nacionais, e aí entra esta cogestão, que será financiada pelo Fundo do Ambiente, e por isso temos aqui um montante de cem mil euros distribuídos por quatro anos. Este protocolo é generoso nos seus objetivos, eu percebo, mas em termos financeiros, o que parece uma verba muito considerável, deixa-me aqui alguma apreensão, porque envolve requisitos técnicos e funcionais, por parte da Câmara Municipal, que eu gostaria que fossem melhor explicados. Uma parte dos encargos que a Câmara Municipal vai ter, é a estrutura de apoio técnico que, logo à partida, fica a cargo da Câmara Municipal e que envolve a imputação de técnicos do Município a este trabalho da cogestão. Esta parte da cogestão é em grande parte aquele plano de ações que está no Anexo III do protocolo, vai ser realizado e apoiado tecnicamente por essa equipa, que é da responsabilidade da Câmara Municipal proceder à gestão da reserva, e eu não vejo aqui uma mais valia tão grande assim, neste fundo de cem mil euros, porque se formos ver as ações em detalhe elas são realmente interessantes, mas depois vendo em detalhe, o que nós estamos aqui a fazer não é qualquer investimento, em termos de infraestruturas, o que estamos aqui a fazer é um levantamento de dinamização do modelo de cogestão, faz-se o apoio do modelo da cogestão, que foi agora transferido e que inclui as Câmaras Municipais, tem apoio à realização das reuniões, tem a definição do modo de funcionamento, depois, num ponto mais há frente, envolve a identificação das principais ações locais, também está relacionado com a elaboração do modelo de comunicação para o que é necessário fazer, um levantamento dos principais constrangimento e de potencialidades do território, portanto, isto é tudo um bocadinho à volta de questões que já deviam ser conhecidas, e sendo uma reserva natural já de alguns anos, são questões que para mim são conhecidas, que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas tem a obrigação, e tem com certeza, know-how sobre este assunto, e o que eu gostaria de perceber é qual o verdadeiro envolvimento, quais são os requisitos técnicos e funcionais que a Câmara Municipal deve disponibilizar para estas tarefas, que eu não estou, ainda, a compreender. O que me parece a mim é que há aqui um financiamento a tarefas que já são correntes na gestão da Reserva Natural da Berlenga, desde sempre e, portanto, eu queria perceber, em concreto, o que é que se pede à Câmara Municipal e quais são os benefícios que a Câmara Municipal entende que vai ter deste protocolo. Isto porque, as competências da Câmara e da Comissão de Cogestão continuam um bocadinho limitadas, porque não há dúvidas nenhuma que as competências de gestão competem ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e, portanto, se eu estou errada, gostaria de perceber que afinal temos competência de gestão para além do próprio modelo de cogestão, gostaria de perceber se a Câmara Municipal está envolvida nesta gestão da reserva e de que forma é que está.»

Outra questão que já foi respondida, mas eu tinha aqui uma nota, quem seriam os responsáveis das outras entidades que seriam designadas para a Comissão de Cogestão.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«É só uma questão adicional em relação àquilo que a senhora Deputada Maria João Avelar já disse, o senhor Vereador falou aqui do envolvimento do IPL e isso não está em sítio nenhum, neste documento que nos foi entregue. A única coisa que temos aqui é um protocolo entre o Fundo Ambiental, que é do Ministério do Ambiente, o Município de Peniche e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e, em sítio algum deste documento se fala do IPL ou destas outras entidades. De facto, há um documento de perguntas e questões, num documento oficial do Governo, que prevê que a Comissão de Cogestão possa integrar outras entidades, nomeadamente de ensino superior e de Associações, mas no protocolo que nos é dado a votar, em sítio algum se fala dessas entidades ou do IPL sequer e, portanto, de facto, eu tinha visto isso, aliás, os senhores Vereadores do Partido Social Democrata abstiveram-se por considerarem que Peniche fica sub-representado em relação às outras entidades, não com uma discordância em relação ao documento propriamente, mas em relação a essa sub-representação, eu fui relê-lo e em sítio algum se fala deste envolvimento e, portanto, há aqui qualquer coisa que não está a bater certo e é isso que eu lhe perguntava.»

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Disse:

«Relativamente a este último ponto, senhor Deputado Ademar Marques, isto resulta do artigo décimo, do Decreto-Lei n.º 116/2019: “No exercício das suas funções, a Comissão de Cogestão é coadjuvada por uma estrutura de apoio, constituída pelos técnicos designados para o efeito, por cada uma das entidades nela representadas e coordenada pelo responsável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.” Daí aparecer apenas o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a coordenação é feita por aqui, nós designamos o técnico, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas coordena, portanto, as outras entidades participam no modelo, são parceiros, isso resulta da proposta de modelo que nós enviámos para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, não aparece no protocolo, porque este protocolo é especificamente para fazer cumprir o artigo décimo.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino: (GCEPP):

Disse:

«Nós já o fazemos, e ainda hoje foi reconhecido na Berlenga isso, por vários atores, nomeadamente o Secretário de Estado. Já fazemos, porque é o Município, há muitos anos, que faz o essencial dos investimentos. Isto é uma oportunidade de o município, na minha opinião, conseguir envolver e sensibilizar outros atores do terreno, que às vezes até nem têm tanta competência política para o fazer, e a partir do momento em que é o município que dirige o processo, essa é uma vantagem e essa proximidade com as entidades e o envolvimento nesta parceria, que, no fundo, acaba por ser um órgão com cinco pessoas, tem muito esse propósito e também tem a ver com conversas, com reuniões que tivemos, o Vereador Mark Ministro e eu, com o senhor Secretário de Estado, uma reunião em que perspetivámos um conjunto de oportunidades, que ainda hoje falámos novamente, de apresentar candidaturas e, neste momento, em termos internos do município não são fáceis de fazer, porque temos uma carga, uma exigência muito grande. Uma das questões que eu coloquei, posso partilhar isto convosco, perguntei, nomeadamente ao Vereador Mark Ministro, mas, também, a responsáveis técnicos do município, quem é que entendiam que, internamente, poderia desempenhar estas funções, e os nomes que indicaram eu disse logo que nem

pensar, estão concentrados noutras áreas e não podem deixar de o estar. Hoje coloquei a questão ao senhor Secretário de Estado, se nós podíamos contratar fora e ele imediatamente disse que esse é o propósito. Portanto, ninguém vai entrar para o quadro municipal, mas nós temos essa possibilidade, o município vai ter essa possibilidade. O protocolo que está em cima da mesa, do apoio dos cem mil euros, vai ser assinado durante o mês de agosto, por vontade expressa do senhor Secretário de Estado, o resto nós é que temos que construir, agora, se nós quisermos ser rigorosos, escolher uma pessoa capaz, competente e dinâmica, para nos ajudar a dirigir este processo, é um técnico, lógico, como noutras áreas, faz toda a diferença, esse é o nosso objetivo, é tentar encontrar uma pessoa com essas características, não afunilar as coisas, nem sequer podermos fazer concurso com esse propósito, vamos ter que decidir e ser, um bocadinho, o dinamizador, como vai acontecer no Smartocean e noutros projetos que nós temos. Nós temos que os criar, temos que criar melhores condições, nós não podemos deixar continuar a ilha da Berlenga, temos um Conselho Estratégico da Reserva que funciona de vez em quando, e até tem contributos muito interessantes, mas temos que ter mais, para já, dar-nos mais responsabilidade, dar-nos mais competência de intervenção, dar-nos mais ferramentas e, ao mesmo tempo, dar-nos mais oportunidades, em relação àquilo que é uma pessoa concentrada e preparada para o efeito. É como noutras áreas que nós temos, que já o fazem, que estão concentrados em determinados objetivos e quando saem as oportunidades são os primeiros, normalmente a trabalhá-las. Diria assim, nós temos muita coisa, para além dos investimentos que estão a ser feitos na ilha, que são uma necessidade, as Marítimo-Turística já há muito defendem e eu também, que é o cais do carreiro do Mosteiro deve ser aumentado, mais agora com os barcos que nós temos em Peniche, o cais da Fortaleza, na minha opinião, há muita gente que não defende, deve ser requalificado e criadas condições de segurança para a acostagem, nem estou sequer a falar, ainda, na Fortaleza, porque é um passo que nós temos que falar a seguir, um dia destes, vamos ter que fechar dossiers para falar sobre aquilo, aquilo, na minha opinião, tem que ser do Município, mas é mais uma responsabilidade, porquê, porque vamos ter que investir lá através de Fundos de Comunitários. Já agora faça-se este reconhecimento, tudo o que temos conseguido trabalhar bem, temos da parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e da parte da tutela, liberdade para o fazer, a dificuldade é, se for verbas diretamente relacionadas com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ou com outra entidade é difícil, o interessante é que podemos ir, em termos políticos, e somos os primeiros é uma vantagem tomarmos esta decisão, porque quem vier atrás já não tem tanta facilidade, se calhar, e nós se avançarmos com isto e se tivermos capacidade para apresentar, no momento propício, que é o final do quadro comunitário de apoio que estamos a atravessar, e que existem algumas verbas, podemos apresentar quase tudo o que queremos, é os dois cais, é o saneamento, é a questão também de alterar o sistema de recolha do lixo e de transporte, é o posto de turismo ou não lá em cima, é trilhos em madeira que algumas pessoas defendem, é a recuperação da Fortaleza, é a questão de criar condições na arriba da praia como nunca teve e não sei quantas outras coisas nós podemos avançar, nós temos que agarrar esta oportunidade, porque se não fosse esta possibilidade, isto era tudo mais difícil, na minha opinião, porque não temos a estrutura, neste momento, para conseguir com técnicos internos dinamizar isto, porque eles estão concentrados e não são suficientes. Isto traz-nos essa oportunidade. Não é um tacho, não é um lugar, não é um ordenado, tem que ter um perfil e um perfil que tem que ser selecionado. Nós queremos ser exigentes e termos resultados. Em termos de protocolo, pode estar aqui alguma coisa que pode ser dúvida, mas esse é o seu papel, isto está em construção, este é o primeiro. Acho o senhor Secretário de Estado do Ordenamento uma pessoa interessante, que ouve, que desafia, e nós temos que, para além da Berlenga, temos que aproveitar essa proximidade, e são estas questões, de empatia, de proximidade que fazem a diferença. Em relação à senhora Deputada Maria João Avelar, que tem experiência nesta área, pode ajudar-nos a formatar aquilo que pode ser o trabalho futuro e o melhoramento dos documentos, eu acho que é

isso que é essencial, porque a nossa coordenação, seja eu ou outro político qualquer, tem que fazer a coordenação, nós não podemos querer dirigir tudo, não vale a pena a gente querer dirigir o Smartocean, nós temos é que criar capacidades técnicas dinâmicas, onde todos nós temos alguma influência para o fazer. A Berlenga, eu acho que é um passo em frente, até nos vai obrigar, inclusive, a pensar o Conselho Estratégico de outro modo, e até já tínhamos pensado que as pessoas de Peniche ou as Associações, sinceramente, respeito, mas, neste momento, não estou com uma preocupação acrescida em relação a isso, penso que devemos sensibilizar e que devemos estar atentos em reforçar o Conselho Estratégico nesse sentido. Ponderámos, até pela avaliação que fizemos em reunião de Câmara, em poder avançar para sete, vamos ver o que é que conseguimos.»

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Disse:

«Dar aqui também alguma ideia do que se passa em outros territórios. Há cerca de um ano e meio, tivemos uma reunião das diversas Biosferas da UNESCO e reunimos na Biosfera do Gerês-Xurés, que é transfronteiriço, apanha Portugal e Espanha, e eles, por exemplo, têm três portas da Biosfera e todas elas têm um quadro próprio, portanto, eles têm Centros Interpretativos e todos eles têm quadros de pessoal próprio que ajudam a dinamizar, a promover e a mexer aquela estrutura com aquela Biosfera. Complementando e respondendo à senhora Deputada Maria João Avelar, o que é que se pretende com este técnico, que tem que estar dedicado a tempo inteiro, e eu acho que isso é muito positivo para a promoção que nós queremos fazer deste território, que não é só da Berlenga, isto acaba, no limite da cidade, portanto, a Biosfera da UNESCO termina na rotunda da Nossa Senhora da Boa Viagem, mas isto serão, na minha opinião, os valores a defender e tarefas a dinamizar, no âmbito da cogestão, e resulta muito aquilo que vem da legislação: o dever de zelo e salvaguarda dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da área protegida, o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes incorporando inovação e criatividade, dinamizar ações para o desenvolvimento integrado da área protegida, bem como estimular participação, a iniciativa civil, designadamente, através de ações de sensibilização e projetos educativos, estimular parcerias com promotores, empresas, centros de investigação, instituições de formação e municípios destinados a planear, executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à pesca, à cultura e ao turismo, tudo isso estimular as boas práticas de gestão para usos e aproveitamento sustentáveis, comunicar e articular entre as entidades públicas e privadas envolvidas, de modo a poder prestar a informação necessária para assegurar a coerência e a complementaridades entre os diversos organismos e entidades, com vista ao desenvolvimento sustentável integrado da área protegida, elaborar e executar os instrumentos de gestão, portanto, entenda-se aqui o plano de cogestão da área protegida, o plano anual de atividades, o orçamento e o relatório anual de execução das respetivas atividades em todos os que possam vir ainda a ser definidos pela comissão. Identificar os instrumentos e linhas de financiamento que apoiem a execução do plano de cogestão da área protegida e apoiar os potenciais beneficiários para acesso a estas mesmas linhas, desenvolver estratégias de divulgação e promoção do território e dos produtos locais, acompanhar a elaboração, alteração e revisão do programa especial de área protegida e por último acompanhar a elaboração do regulamento interno. Estas serão áreas que este técnico deverá ajudar a promover para o exterior, é a educação ambiental, o turismo, desenvolvimento económico, a promoção de produtos endógenos e a divulgação científica. Alguns projetos que estão a acontecer, e seria interessante que este técnico também pudesse ir acompanhando, o Co Pesca 2, que está associado à cogestão do percebe da ilha da Berlenga, um anzol que visa valorizar espécies, são sete as espécies que são capturadas na ilha e tivemos o Live, estamos agora na fase de pós Live, portanto, há uma série de matéria que foi produzida, também era interessante divulgar, acompanhar, etc..., e a própria

Biosfera da UNESCO e o MaB - Man and the Biosphere, portanto, que precisam de um acompanhamento, de perto, de alguém especializado e dedicado a isto.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Julgo que estas últimas intervenções foram muito importantes, até para cada um de nós perceber melhor o objeto deste protocolo. Eu acho que, como disse no início, ele é importante, mas quanto mais o senhor Vereador Mark Ministro fala, mais eu percebia que o papel da Escola Superior tem que ser relevante e aqui, acho que a Câmara Municipal deve juntar todo o know-how que tem a escola, os meios que tem ao seu dispor, para que este projeto, seja um projeto vencedor, porque muitas vezes estes projetos começam bem e depois acabam mal, eu acho que não é esse o objetivo e, por isso, relevo muito aqui a importância da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, no sentido de ajudar e colaborar com a Câmara e o Município, no sentido de potenciar este projeto.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Eu agradeço os esclarecimentos que foram dados, mas volto a insistir, eu estou inteiramente de acordo com os benefícios disto, não ponho em causa, eu percebi da intervenção do senhor Vereador Mark Ministro que faziam parte da Comissão de Cogestão, entidades que não estão previstas neste documento, ou seja, não está em sítio nenhum, nem o IPL, nem nenhuma organização não governamental, apenas está previsto as entidades que eu referi antes e, portanto, sem eu pôr em causa o mérito desta estrutura e o benefício que vai trazer, há, de facto, aqui uma coisa que eu não estou a perceber, não é no artigo 10.º, que tem a ver com a equipa que vai ser criada, portanto, eu não percebo de onde é que o senhor Vereador Mark Ministro retira que o IPL vai estar envolvido, gostava só de perceber isto, porque, de facto, nos documentos não está cá isso.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino: (GCEPP):

Disse:

«Isto foi trabalhado muitas vezes com o IPL e com o senhor Dr. Sérgio Leandro, em sua representação e a senhora Dr.ª Maria de Jesus, como Diretora da Reserva. Se há entidade que nós não podemos prescindir, em relação àquilo que se tem passado nos últimos anos, relativamente à reserva e a todo o envolvimento, é ao Instituto Politécnico de Leiria. O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IPL e Câmara o órgão podia ficar só por aqui, acrescentam-se os outros, mas obviamente que os outros já não estão tão dependentes de nós, agora são atores, normalmente da Berlenga, das preocupações que temos com a reserva, são atores que têm a ver com a cogestão em projetos importantes, independentemente, de eu, numa ou noutra situação possa não concordar com esta entidade, mas nós não podemos fugir muito disto, são estes que estão vocacionados. Se nós quisermos analisar, e isto não é tirar mérito, se calhar é uma insuficiência que nós temos em Peniche, analisar as entidades que temos, as Associações que temos e quais são as instituições que se tem, no fundo esforçar-me para acompanhar a ilha, nós temos mesmo que estar focados, porque uma pessoa só porque é entidade, é difícil, portanto, a motivação, o envolvimento e o conhecimento são determinantes, e eu penso que é esse caminho que temos que trilhar, com esta ou com aquela pessoa. Acrescentámos a isto, para além destas cinco entidades, uma pessoa que temos que selecionar com muito cuidado, vai ser a mola da dinamização, mas não está e também não podia estar, mas temos confiança que vai acontecer assim, até pela proximidade que temos, neste momento, ao senhor Secretário de Estado, sabemos que vão haver outras mudanças, que têm estado a existir, nas organizações e nas instituições. Sentimos, pelo discurso

dos dois Secretários de Estado que estiveram na Berlenga, que há o reconhecimento do Município, que não é de agora, é de há muito tempo, à um reconhecimento pelo esforço que se está a fazer neste últimos anos, o envolvimento político que tivemos por causa dos painéis fotovoltaicos, faltava esse envolvimento, mas depois, também, no fundo, fazem a transição, aquilo também é um objetivo político, não é escondido que o Governo tem estado a tentar descentralizar a vários níveis, não é só com as freguesia, não, é a vários níveis do poder e isso traz mais responsabilidade. Quando aqui, há uns anos, o município reivindicava a posse, a propriedade das muralhas, o poder central não admitia, neste momento está a querer fazê-lo o mais rapidamente possível, e já fomos pressionados nesse sentido.»

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Disse:

«O artigo sétimo, no n.º 7 diz que em função desta proposta que nós fazemos ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, os membros da Comissão que Cogestão previstos nas alíneas b), c), e) do n.º 1, são designados por despacho do membro do Governo, portanto, isto vai a despacho do Governo e depois é publicado na segunda série do Diário da República, é aí que fica a constituição oficial desta comissão. Relativamente ao protocolo, a minha interpretação é essa, no fundo o artigo 10.º prevê esta designação do técnico, nós recebemos a verba e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas acaba por coordenar, daí eu estar em crer que são, apenas, essas três entidades que ali aparecem, mas a designação resulta do artigo sétimo.»

Deliberação n.º 30/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (6), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (4), e duas (2) abstenções, dos senhores Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa e Paulo Alexandre Simões Ernesto, eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar os termos do protocolo a celebrar entre o FUNDO, o MUNICÍPIO e o ICNF, I. P., que tem por objeto regular os termos da colaboração técnica e financeira entre os outorgantes, garantindo o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do modelo de cogestão da Reserva Natural das Berlengas, previsto no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, designadamente a realização das atividades previstas no Anexo III ao presente protocolo e que dele faz parte integrante.

Deliberou, ainda, para efeitos e nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, designar como Presidente da comissão de cogestão da Reserva Natural das Berlengas o senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, Henrique Bertino Batista Antunes.

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS AMO MAIS (AMO+):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP), que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 31/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (4), aprovar a alteração dos Estatutos da Associação de Fins Específicos AMO MAIS (AMO +).

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 32/2020: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e doze minutos do dia trinta de julho, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão extraordinária do mês de julho, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos três, cinco, seis, sete, nove, dez e onze, aprovados nesta reunião, ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
